

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 16

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pelo menos há agora um aceno à disciplina fiscal , diz Scheinkman 3

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

IPVA para aeronaves e embarcações deve entrar na reforma tributária (Reforma tributária)
..... 5

VALOR ONLINE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Proposta de arcabouço pode aumentar carga tributária 7

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

100 dias de Lula: governo tem altos e baixos na economia, pressionado por soluções para a
crise
..... 9

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Por que Haddad vai propor nova regra para reajuste do mínimo (salário mínimo) 12

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
ANFIP

Presidente da Unafisco Nacional defende reforma tributária para reduzir desigualdades
..... 14

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

É preciso usar receita recorrente , diz secretário do Tesouro Nacional 16

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regra fiscal, juros e novo PAC : o foco do governo Lula após os primeiros 100 dias
..... 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Uma aventura de alto risco - ROBERTO BRANT 23

O ESTADO DE S. PAULO - COLUNA DO ESTADÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Grupo da reforma tributária na Câmara quer alíquotas diferenciadas para serviços - COLUNA
DO ESTADÃO
..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sistema tributário não atrai negócios, diz Huawei 26

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Ajuste fiscal, pela primeira vez, virou uma política do PT" 28

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O retorno do carro popular (Editorial).....	32
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Saúde e educação podem ter nova regra.....	33
O GLOBO - RJ - ESPORTES RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Todos querem a grana das apostas - RODRIGO CAPELO.....	35
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
STJ deverá julgar tributação de incentivos fiscais.....	36
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Faria Lima vê ruídos e sinais positivos nos 100 dias de Lula.....	39
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Inflação do "miojo" pesa no bolso do consumidor.....	42
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
BC prepara liberação de compulsório em 2024 (Artigo).....	45

Pelo menos há agora um aceno à disciplina fiscal , diz Scheinkman

Um dos economistas brasileiros mais respeitados no exterior, José Alexandre Scheinkman diz que o grande destaque no cenário internacional deste início de terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva tem sido a condução da política ambiental. Está dando muito crédito para o governo, e ele poderia usar isso em vários outros setores, inclusive para a economia em geral , diz Scheinkman, professor da Universidade de Columbia.

Na economia, ele avalia que há muito barulho envolvendo o governo, mas vê sinais de que o governo busca o equilíbrio das contas públicas.

A disciplina fiscal, principalmente, durante os dois últimos anos do governo Bolsonaro foi completamente abandonada. Pelo menos, há na proposta - sem detalhes, é claro - do Haddad, uma vontade de conseguir voltar a ter uma certa disciplina fiscal , afirma.

A seguir trechos da entrevista concedida ao Estadão .

Como o sr. avalia este início de governo?

Vou começar por uma coisa importante e que marca uma mudança em relação ao governo Bolsonaro: é a questão do clima. Isso é uma coisa muito importante. E, claro, muda a imagem do Brasil.

O sr. poderia detalhar o impacto dessa mudança?

O País participava da discussão de uma maneira esdrúxula. Ao mesmo tempo, o mundo entende que o Brasil tem recursos que podem ajudar a resolver o problema.

Como o Brasil pode se beneficiar dessa melhora na área ambiental?

Isso está ligado a um trabalho de pesquisa que estou fazendo. Temos ainda números preliminares, mas eles indicam que o reflorestamento do bioma da Amazônia brasileira tem uma capacidade de captura de carbono importante. O Brasil teria uma renda importante, mais do que a renda atual que tem com a exploração agrícola da Amazônia, feita principalmente por gado.

E na área econômica, quais a percepção do sr., sobretudo com esse embate entre governo e BC?

É uma coisa que não adianta. Obviamente, podemos debater qual deve ser o nível da taxa de juros. Todos os economistas podem ter uma opinião. Agora, isso não é a mesma coisa que ficar tentando duvidar da moral da equipe do Banco Central ou da sua capacidade. São duas coisas diferentes.

Esse embate tem prejudicado a economia brasileira?

Essa discussão sobre o Banco Central não é tão importante assim. Seria melhor não ter essa discussão, mas não vai ser a razão pela qual a economia brasileira vai dar certo ou não nos próximos quatro anos.

E como o sr. avalia o arcabouço fiscal?

Eu acho que o plano apresentado pelo Haddad me parece sério. Ele depende - como o próprio ministro falou - do aumento da arrecadação. Esse aumento da arrecadação pode ser feito de uma maneira que até ajude a economia brasileira ou de uma maneira que prejudique muito a economia. Essa vai ser a grande questão.

O que poderia ajudar?

Se você, por exemplo, retirasse alguns dos subsídios.

E o resto da agenda econômica do governo?

Outra coisa que estou bastante satisfeito é com a nomeação do Bernard Appy, porque o governo está empenhado em passar uma **reforma tributária**. O Brasil tem um sistema tributário impossível.

Parte dos economistas esperava um governo mais pragmático, como foi o primeiro mandato do Lula. De forma geral, está mais otimista ou pessimista?

Havia a personalidade do Palocci (Antônio Palocci, ex-ministro da Fazenda) no Lula 1. Era uma pessoa que falava de uma maneira clara sobre quais eram as intenções do governo. Hoje, tem mais barulho. Tem por um lado o ministro da Fazenda falando algumas coisas, mas tem a presidente do PT (Gleisi Hoffmann). Ela não é um membro do governo, mas, de uma certa maneira, fala por uma parte dos apoiadores do presidente. Isso tudo faz a coisa ficar mais

complicada. As intenções do governo são menos declaradas. Mas as ações, sem a retórica, têm sido mais do lado positivo.

E como tem sido a visão internacional em relação a esse início do governo?

O grande chamariz, por boas razões diante da gravidade do problema, é na questão ambiental. Está dando muito crédito para o governo, e ele poderia usar isso bem em vários outros setores, inclusive para a economia. Há um outro ponto que se discute bastante, que é a questão da democracia. O Brasil era visto como um país em que o governo estava tentando levá-lo para uma direção bastante autoritária.

E no campo da economia?

As pessoas estão esperando para ver o que vai acontecer. Não se pode exigir em 100 dias uma definição. A disciplina fiscal, principalmente, durante os dois últimos anos do governo Bolsonaro foi completamente abandonada. Pelo menos, há na proposta - sem detalhes, é claro - do Haddad, uma vontade de conseguir voltar a ter uma certa disciplina fiscal. A outra questão é como o governo vai conseguir convencer o Congresso a passar essas medidas que ele está propondo.

O Lula enfrenta um cenário diferente hoje, em que a aprovação dele não é tão grande como era em outros mandatos. Qual é força para aprovar as medidas?

O aspecto principal não é nem a aprovação do Lula, mas o poder que foi ganho do chamado Centrão na eleição. Infelizmente, o Congresso saiu pior (da eleição). As pessoas que estão mandando no Congresso têm uma agenda de prioridades que é essencialmente ganhar poder político.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/04/10/pelo-menos-ha-agora-um-aceno-a-disciplina-fiscal-diz-scheinkman.htm>

IPVA para aeronaves e embarcações deve entrar na reforma tributária (Reforma tributária)

Eduardo Cucolo

A nova proposta de **reforma tributária** que será elaborada pela Câmara dos Deputados deve prever também mudanças na tributação de propriedades, o que inclui a previsão de cobrança de IPVA sobre alguns veículos aquáticos e aéreos .

Também devem entrar no texto que será apresentado em maio regras sobre a progressividade do ITCMD (imposto estadual sobre herança e doação) e a obrigação para que os municípios atualizem a base de cálculo do IPTU ao menos uma vez a cada quatro anos.

Deputados do grupo de trabalho que trata da reforma entendem que as mudanças são uma forma de trazer mais apoio ao texto, por parte de governadores e prefeitos, além de tornar a proposta mais justa do ponto de vista da taxação dos mais ricos.

Em relação ao IPVA, a Constituição prevê que o tributo estadual seja cobrado dos proprietários de veículos automotores, sem especificar quais.

Ao analisar o texto constitucional em diversas oportunidades, o STF (Supremo Tribunal Federal) entendeu que o imposto só alcança veículos terrestres. Por isso, barrou a tentativa de cobrança por alguns estados , como Rio de Janeiro, São Paulo e Amazonas, nas últimas décadas.

Para o tribunal, o IPVA sucedeu a antiga TRU (Taxa Rodoviária Única), que historicamente excluía do pagamento as embarcações e as aeronaves. O objetivo da criação do imposto no lugar da taxa foi permitir a divisão do recurso entre estados e municípios, e não ampliar a base de incidência do tributo, segundo o Supremo. O STF entende ainda que tributar veículos aéreos ou aquáticos não está na competência dos estados, pois o licenciamento destes veículos é feito pela União.

Para superar essas restrições, será necessário alterar o texto constitucional nesse ponto, o que será feito por meio da aprovação de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição).

Essa nova proposta deve mesclar o texto de outras duas que tramitam no Congresso desde 2019 (PEC 45 e PEC 110). A versão mais recente da 110 , apresentada em 2021 pelo atual presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (MDB-MG), e pelo ex-senador Roberto Rocha (PSDB-MA), prevê a cobrança de IPVA sobre embarcações e aeronaves.

A expectativa é que o governo federal também apoie a mudança. No segundo turno das eleições de 2022, o ministro Fernando Haddad (Fazenda), então candidato ao governo de São Paulo, comprometeu-se com a proposta do PDT de taxar também jatos, lanchas e helicópteros com o IPVA .

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, participou em 2022 da elaboração de um conjunto de propostas econômicas que também sugeria a tributação desses dois tipos de veículos.

Um estudo de 2020 do Sindifisco Nacional (sindicato dos auditores da **Receita Federal**) estimou uma arrecadação adicional de R\$ 4,7 bilhões por ano com a ampliação da base do tributo. Isso representaria um aumento de quase 10% na arrecadação do IPVA.

Quase 90% desse valor se refere a embarcações, e os outros 10% sobre aeronaves a jato, turboélice e helicópteros.

"A frota executiva brasileira é a maior do hemisfério sul e a terceira do mundo, atrás, apenas, dos Estados Unidos e do Canadá. É chocante que entregadores paguem **impostos** pela propriedade de suas motocicletas e os proprietários dessas esquadrilhas de limousines aéreas não paguem nada. É o princípio da capacidade contributiva previsto na Constituição de 1988 aplicado ao contrário", afirma Isac Falcão, presidente do Sindifisco Nacional.

Leonardo Gallotti Olinto, do escritório DCG Advogados, afirma que a tributação desses bens pode levar muitas pessoas a registrar aeronaves e embarcações em outros países, como forma de tentar escapar do IPVA.

"De fato há um desbalanço, mas há que se tomar cuidado", afirma Olinto. "Se for comprado na Rússia, de bandeira russa, o Brasil tem competência para tributar? Será que isso não vai gerar uma fuga?"

A tributação desses veículos não deve ser irrestrita. Um projeto de lei complementar apresentado em 2021 pelo ex-deputado Severino Pessoa (MDB-AL), por exemplo, previa isenção para aeronave ou embarcação utilizada no transporte coletivo ou de cargas ou que não possuísse propulsão própria (como barcos a remo ou vela). Também não seria cobrado o imposto quando o veículo fosse utilizado na pesca artesanal ou pesquisa científica.

Uma proposta de 2013, do ex-deputado Vicente Cândido (PT-SP), também previa que não seriam tributados veículos aquáticos e aéreos de uso comercial destinados à pesca e ao transporte de passageiros e cargas. A PEC 283/2013 previa a tributação não só da propriedade, mas também a posse de veículos, o que evitaria que bens registrados em nome de pessoas físicas ou empresas domiciliadas no exterior escapassem do imposto.

Reportagens da Folha mostraram que o mercado de iates e jatinhos vive um boom no Brasil, com fila de entrega para alguns modelos de luxo.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/04/ipva-para-aeronaves-e-embarcacoes-deve-entrar-na-reforma-tributaria.shtml>

Proposta de arcabouço pode aumentar carga tributária

Por *Silvio Campos Neto*

10/04/2023 05h02 Atualizado há 3 horas

As escolhas de política fiscal pelo novo governo começaram a ser feitas antes mesmo da posse, diante da herança de um orçamento inexequível por parte do governo anterior e que resultou na aprovação da PEC da transição (Emenda Constitucional nº 126 de 2022), em dezembro. O mecanismo abriu espaço para despesas extra-teto de gastos estimados em cerca de R\$ 168 bilhões, algo que rapidamente virou motivo de críticas e apreensão nos meios econômicos, tendo em vista seus impactos adversos sobre os números fiscais em 2023 e implicações para os anos à frente.

A versão aprovada da PEC da transição trouxe importantes ajustes em relação à demanda inicial do novo governo, com destaque à limitação por apenas um ano para os gastos extraordinários com despesas sociais fora do teto, sendo que inicialmente o governo buscava o período de quatro anos. De qualquer forma, a retórica agressiva do presidente Lula contra o teto de gastos e promessas de recomposição de despesas importantes, como em investimentos públicos, reajustes reais do salário mínimo, salário do funcionalismo, saúde e educação, além dos programas sociais renovados, acentuaram as preocupações dos agentes econômicos com os rumos das contas públicas nos próximos anos, em especial a trajetória do endividamento.

Governo apostará na recuperação de receitas como forma primordial de encaminhar a questão do reequilíbrio fiscal

Diante da reação adversa aos sinais emitidos desde o término das eleições presidenciais, que envolveu pressão crescente sobre a curva de juros e períodos de maior volatilidade na taxa de câmbio, o Ministério da Fazenda divulgou, em 12 de janeiro, um conjunto de medidas visando estancar a desconfiança dos analistas de mercado acerca da condução fiscal, com ênfase no ano de 2023. O pacote anunciado trouxe como objetivo um ajuste em torno de R\$ 242 bilhões para este ano, com foco principalmente em propostas para a elevação das receitas, no montante de R\$ 192 bilhões. Já com relação às despesas, o pacote apontou estimativa de redução de R\$ 50 bilhões.

No entanto, os meios anunciados para o alcance dos objetivos ainda são fonte de cautela. Do lado das receitas, a recomposição da cobrança de PIS e Cofins sobre combustíveis ocorreu apenas de forma parcial, enquanto outras iniciativas dependem do aval do Congresso e correm risco de judicialização, como são os casos do "voto de qualidade" exercido por representantes da Fazenda no **Carf** e a criação de um programa de regularização fiscal aos moldes do Refis (programa Litígio Zero). Do lado das despesas, as menções foram genéricas, contemplando R\$ 50 bilhões igualmente divididos em "Revisão de contratos e programas" e "Autorização para execução inferior ao autorizado na LOA 2023", o que sugere maior controle na "boca do caixa".

Assim, diante da cautela sobre o potencial de entrega do pacote e tendo em vista o foco de curto prazo, as atenções acerca da política fiscal nestes primeiros 100 dias de governo ficaram voltadas fundamentalmente às negociações e informações sobre o chamado novo arcabouço fiscal, que terá como objetivo substituir a regra do teto de gastos como principal âncora sobre o tema para o equilíbrio das contas públicas. Diante da complexidade do assunto e das pressões elevadas por gastos, em um governo que aposta na retomada de um modelo de Estado indutor para impulsionar a economia e que tem feito promessas diversas de atender a inúmeras demandas, o desenho das novas regras permaneceu cercado de muita incerteza no período.

Na última semana de março, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou as linhas gerais do novo arcabouço fiscal, mas ainda sem o detalhamento dos mecanismos de operação da regra e do texto que será encaminhado ao Congresso. Do lado positivo, foi incorporado um mecanismo de controle de gastos, cujo crescimento está limitado à expansão de 70% das receitas e que deverá ser mantido dentro do intervalo entre 0,6% e 2,5% em termos reais. Este limitador de despesas tem papel fundamental para afastar o risco de um descontrole da trajetória de gastos e da dívida pública nos próximos anos. De todo modo, estes parâmetros representam uma alteração importante em relação à atual regra do teto de gastos, que impede o crescimento real das despesas.

Além disso, o desenho inicial da proposta corrobora a leitura de que o novo governo apostará na

recuperação de receitas como forma primordial de encaminhar a questão do reequilíbrio fiscal. O ministro Haddad citou a necessidade de incremento entre R\$ 110 bilhões e R\$ 150 bilhões em arrecadação extra para que as metas apresentadas sejam viabilizadas. Como possíveis fontes para lograr tal efeito, a recuperação dos incentivos tributários concedidos no passado ou mesmo o aumento de carga tributária nos próximos anos, desfecho que se tornou mais provável diante das sinalizações trazidas pelo novo arcabouço.

Ainda assim, as metas e projeções para primário (0% do **PIB** em 2024, 0,5% do **PIB** em 2025 e 1% em 2026) e para dívida bruta (76,5% em 2026) se mostraram extremamente otimistas, mesmo para um cenário de recuperação das receitas. Como desafio adicional ao uso desse instrumento arrecadatório, o fato de que a União deve dividir recursos com Estados e municípios obtidos via aumento de **impostos**.

Por fim, há a necessidade de aprovar o projeto de Lei no Congresso, onde haverá o grande desafio de conter iniciativas que venham a alterar o texto na direção de maior flexibilidade no controle de despesas. Considerando um Legislativo historicamente pró-gastos, é um risco não desprezível.

Em linhas gerais, o desenho inicial proposto pelo governo traduz a opção pelo gradualismo no tratamento dos gastos e, especialmente, no peso relevante da recuperação das receitas no ajuste fiscal desenhado para estabilizar a dívida no médio e longo prazo, com incentivo para aumento de carga tributária. Os desafios para o sucesso da empreitada são significativos e começam dentro do próprio governo, cujos sinais continuam na defesa de um modelo de crescimento induzido pelo Estado.

Silvio Campos Neto é analista sênior e sócio da Tendências Consultoria.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Proposta de arcabouço pode aumentar carga tributária

Site: <https://valor.globo.com/opiniaoc/coluna/proposta-de-arcabouco-pode-aumentar-carga-tributaria.ghtml>

100 dias de Lula: governo tem altos e baixos na economia, pressionado por soluções para a crise

Por **Isabela Bolzani e Raphael Martins, g1**

Tópico primordial desde a campanha eleitoral, a economia teve altos e baixos nos 100 primeiros dias do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Por um lado, o petista acumulou vitórias importantes, como a retomada de programas sociais que marcaram sua passagem anterior pela Presidência. Por outro, algumas "caneladas" criaram ainda mais desconfiança sobre os planos do governo para afastar de vez a crise que tomou conta da economia durante a pandemia de Covid.

Como mostrou o g1 em janeiro, o governo Lula assumiu o cargo sem a tradicional "lua de mel" com o eleitorado. O clima era de cobrança intensa pelas respostas da nova gestão petista para o ambiente econômico depois de um aumento expressivo de gastos em ano eleitoral.

Ao fim dos 100 dias, economistas e cientistas políticos ouvidos pelo g1 reconhecem avanços importantes na agenda de políticas públicas: é o caso do aumento do salário mínimo e do valor repassado pelo programa Bolsa Família, e da retomada do Minha Casa Minha Vida e Mais Médicos.

Outro ponto positivo: a proposta de criação de um arcabouço fiscal que, apesar de algumas dúvidas que restam sobre sua efetividade, tem no horizonte o combate ao descontrole de dívida pública. Há, claro, quem seja mais cético com o mecanismo, mas a iniciativa foi relativamente bem aceita pelo mercado financeiro.

LEIA TAMBÉM:

Arcabouço fiscal x teto de gastos: quais as diferenças entre os dois modelos e o que falta saber? Entenda o que é o arcabouço fiscal, ponto a ponto

Exemplo claro é o tom elogioso do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, que disse que a visão do projeto era "super positiva". "Eu acho que o que foi anunciado até agora elimina um risco de cauda, para aqueles que achavam que a dívida

poderia ter uma trajetória mais explosiva", disse.

Na outra ponta, as críticas de Lula ao BC, ataques ao mercado financeiro e medidas vistas como "dogmáticas" - como a redução de juros do consignado do **INSS**, que acabou resultando na suspensão temporária da linha pelos principais bancos do país - ainda têm gerado ruídos e dificultado uma maior aceitação do governo.

Uma pesquisa do instituto Datafolha divulgada na semana passada mostrou uma diminuição do otimismo do brasileiro com a economia. Eram 49% os entrevistados que avaliavam que a situação econômica do país vai melhorar nos próximos meses. Em outubro, na véspera do segundo turno da eleição presidencial, o índice era de 62%.

Primeiro teste

O próprio Roberto Campos Neto, ao comentar o arcabouço fiscal, mostrou receio sobre o que pode ser aprovado ou desidratado na proposta.

Apesar de ter demonstrado capacidade de articulação com o Congresso Nacional durante a tramitação da PEC da Transição, o arcabouço é considerado o primeiro grande teste do "Lula 3".

"É um governo que está bem posicionado, mas que ainda não foi testado. Talvez o arcabouço seja o primeiro teste, mas só com a primeira votação no Congresso é que saberemos o número efetivo do apoio que Lula terá", afirma o analista político da LCA Consultores, Ricardo Ribeiro.

Analistas lembram novamente que, desta vez, o presidente encontra bancadas formadas por um perfil bem mais conservador do que em seus mandatos anteriores. Mas a questão vai além.

Christopher Garman, diretor-executivo para as Américas na Eurasia Group, afirma que a principal diferença está no ambiente político do Lula 3, de um país dividido e com desencanto enorme com o sistema político.

"Essencialmente, Lula foi eleito após o choque inflacionário, que diminuiu em 6% a renda da população brasileira depois a Covid-19. Mas ele entra sem a mesma força que em outros mandatos. É algo que acontece na América Latina inteira", afirma.

Além do descontentamento da opinião pública e a composição do Congresso, Garman lembra que os congressistas também têm hoje mais controle do orçamento público - o que se traduz em mais poder de barganha. Ainda assim, o analista não vê dificuldades na agenda do governo.

A única proposta que configura Emenda Constitucional, e necessidade de três quintos dos votos no Congresso, é a **reforma tributária**. O texto, contudo, precisa aparar arestas com alguns setores, como o de serviços.

Garman acredita, então, que o governo consiga votos na oposição. O restante dos planos são propostas de lei complementar, e dependem apenas maioria de votos.

"Acredito que a agenda inicial seja aprovada com facilidade, mas o governo vai ter dificuldades maiores nas tentativas de aumentar arrecadação. Aí, sim, o Congresso vai ter mais resistência em medidas de aumento de **impostos**", diz.

Nos próximos dias, a equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), enviará aos deputados e senadores o texto detalhado do arcabouço. Dali em diante, começa uma batalha para manter seus pilares, como a meta de superávit primário e a limitação das despesas públicas a 70% das receitas.

A leitura de analistas e economistas foi que apesar de as novas regras serem, possivelmente, os primeiros passos rumo a uma redução das taxas de juros, há desafios à frente.

"As novas regras saíram, mas esse não é um ponto que está 100% superado. Ainda não ficou claro como o governo vai cuidar do aumento de arrecadação e como ele pretende alcançar as metas de resultado primário", diz Frederico Nobre, líder da área de análise da Warren.

Segundo Haddad, o governo deve divulgar logo no início da semana um plano de ações de aumento de receitas e ações positivas, incluindo um pacote de investimentos. Ele havia adiantado que seria necessário aumentar a arrecadação em cerca de R\$ 150 bilhões para cumprir as metas do arcabouço.

Para Fernando Rocha, economista-chefe da JGP, o mercado deve continuar com uma visão positiva do

arcabouço a depender das garantias de arrecadação dadas pelo governo e, claro, pelo bom andamento do projeto no Congresso.

"Fato é que o mercado estava preocupado com uma insolvência fiscal: uma dívida/**PIB** crescendo indefinidamente. No momento que ele coloca esse arcabouço, sinaliza que não vai ter insolvência fiscal e você começa a ver uma compressão dos prêmios de risco", afirma.

"Existe o ideal e o possível. O plano ideal é que tivesse reformas, que pudesse diminuir o tamanho dos gastos, não ter que subir carga tributária. Mas o governo foi eleito com uma proposta diferente", diz Rocha, da JGP.

Momentos ruins

Para Fernando Rocha, da JGP, o arcabouço serviu de reversão para um começo negativo de governo na economia. São duas situações específicas que o analista enxerga como um início com o pé esquerdo.

O primeiro foi a PEC da Transição, que veio com um patamar de gastos acima do esperado pelo mercado.

Já se discutir um aumento de despesas na casa de R\$ 100 bilhões que viriam das medidas tomadas pelo governo de Jair Bolsonaro (PL), em tentativa de garantir a reeleição. No fim, a PEC passou com cerca de R\$ 170 bilhões de impulso para garantir a recomposição de orçamento em várias áreas do governo.

O segundo momento crítico foi a discussão atabalhoada sobre meta de **inflação**. Rocha lembra que a surpresa com uma alteração das metas impactou a expectativa de **inflação** e fez subir a curva de juros longos do país.

"Isso torna difícil o trabalho do BC para desinflacionar, porque a expectativa de **inflação** faz o formador de preços - como o pequeno empresário, o cabeleireiro, o médico - reajustar seu preço acima da meta", diz.

Por fim, ganharam atenção as críticas feitas pelo governo Lula ao BC também acabaram se traduzindo em pontos que marcaram esses 100 primeiros dias de mandato.

Apesar de ter sido visto com bons olhos pela população - 80% afirmaram que Lula age bem em pressionar o BC pela redução dos juros, segundo o Datafolha - o tema ainda traz ressalvas entre especialistas.

Para Ribeiro da LCA Consultores, mesmo que a

pressão feita pelo presidente tenha conseguido colocar no debate questões sobre quando e quanto a taxa básica de juros (Selic) será cortada, as críticas foram "exacerbadas".

"Isso acaba criando uma espécie de resistência corporativa no Banco Central. E como não está no horizonte a possibilidade de mudar a lei de autonomia da autarquia ou retirar o Roberto Campos Neto da presidência do BC, é uma estratégia com efeito duvidoso", afirma.

Na semana passada, Lula voltou a criticar os juros altos do país e disse que se a meta de **inflação** está errada "muda-se a meta". A meta de **inflação**, de 3,25% para 2023, podendo oscilar 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, é o parâmetro usado pelo BC para definir a Selic, atualmente em 13,75% ao ano.

De acordo com Nobre, da Warren, Campos Neto acabou sendo um "bode expiatório" de Lula, que buscava dar uma explicação para o nível elevado da Selic.

"Nesse momento, o governo quer achar um culpado. E eu não acho que o BC esteja acima da sociedade, do governo ou do que quer que seja. A autarquia é, sim, passível de críticas, mas o que o BC está fazendo agora é simplesmente esperar o momento adequado para que a alta de juros seja sentida na economia real, o que é papel dos formuladores de política monetária", diz.

Já Rocha, da JGP, entende que os juros estão altos, mas a aprovação do arcabouço deve fazer a função de baixar o prêmio de risco e dar conforto ao BC para baixar os juros.

"Essa distorção ocorria por insegurança em relação aos rumos da dívida pública. O ideal é que o BC persista um pouco mais, para levar o núcleo da **inflação** para baixo. É um processo penoso, mas que vai trazer **inflação** baixa por mais tempo", diz.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/04/10/100-dias-de-lula-governo-tem-altos-e-baixos-na-economia-pressionado-por-solucoes-para-a-crise.ghtml>

Por que Haddad vai propor nova regra para reajuste do mínimo (salário mínimo)

Novas regras para reajuste de salário mínimo e de servidores estão em estudo pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e devem ser propostas até o final do ano. A informação foi dada por Haddad em entrevista à Folha, dada na última quinta-feira (6), em São Paulo.

Veja em 8 pontos o que a entrevista indica sobre planos econômicos do governo Lula.

O ministro da Fazenda pretende fazer antes do final deste ano uma revisão das normas para o crescimento de despesas obrigatórias e vinculações orçamentárias (aquelas que são atreladas a um piso ou também ao crescimento das receitas).

A ideia é acabar com o "vai e vem" de vinculações e normas de reajustes a cada governo "conservador" ou "progressista". "Uma hora, você congela o salário mínimo por sete anos, outra hora, você dá [reajuste de acordo com o crescimento do] PIB nominal. Então vamos buscar, em uma negociação, uma regra estável para evitar os solavancos que verificamos nos últimos anos."

Além da regra de reajuste do salário mínimo, devem estar em questão o reajuste de salários de servidores e pisos e vinculações para saúde e educação, por exemplo.

Parcerias público privadas, as PPPs, são um modo de contratação de investimento, gestão ou serviço privado em que a empresa arca com algum risco de remuneração, mas em que o setor público garante um pagamento.

O Tesouro Nacional deve dar aval para parcerias em estados e municípios, diminuindo o risco de que as empresas não sejam pagas. Isso deve aumentar a atratividade do negócio, emperrado no Brasil.

Empresas destas PPPs regionais também poderão emitir debêntures incentivadas (vão poder levantar financiamento no mercado de capitais com isenção de **impostos**, como já ocorre no caso federal), contou Haddad na entrevista.

Na entrevista, Haddad chamou várias vezes o arcabouço fiscal de NRF, sigla para "Nova Regra Fiscal". Resta uma definição importante: a de receita

recorrente, que serve de base para o cálculo do crescimento dos gastos.

Pela NRF, a despesa do governo federal pode crescer, por ano, o equivalente a 70% do crescimento da receita (com um teto de aumento de 2,5% ao ano).

Além de arrecadar **impostos**, o governo também arrecada recursos ao vender patrimônio, receber dinheiros de uma concessão, da venda do direito de exploração de petróleo, dividendos (parte do lucro) de empresas estatais etc.

São em geral receitas extraordinárias. Não podem entrar na conta de aumento regular de arrecadação e, pois, de despesa (pois provocariam aumentos insustentáveis).

Vendas de patrimônio ou receitas de concessões devem entrar na conta de "extraordinárias", assim como talvez royalties e até parte de dividendos. O pessoal da Fazenda trabalha nisso ainda.

Governo fará discussão maior de isenções de **impostos** que, pelos cálculos da Receita, chegam a R\$ 400 bilhões por ano. A revisão ("reoneração") será paulatina.

"Não posso fazer tudo ao mesmo tempo, porque não se vai fazer nada, vai paralisar o Congresso. Ele tem de ir cortando esse salame em fatias, para ir organizando. Até porque a calibragem das medidas [tamanho de cortes ou gastos] depende de como as decisões forem tomadas. Mas vamos fazer no primeiro ano de governo."

Plano é fazer a revisão depois da **reforma tributária**, que Haddad imagina aprovada na Câmara em junho e julho e no Senado em setembro ou outubro.

"Ninguém está pensando em rever ProUni, isenção das Santas Casas, tudo isso faz parte do sistema social, de proteção social do Brasil."

Haddad também não pretende acabar com subvenção ao investimento das empresas, via créditos do ICMS. "Nós queremos manter, mesmo considerando que essa não é a maneira mais adequada de fazê-lo: isto é, o governo estadual decidindo qual a isenção que o governo federal vai dar."

Já a subvenção sobre custeio das empresas deve ser revista, disse o ministro.

Haddad chamou de "assalto aos cofres públicos" a emenda parlamentar que, "na mão grande", causou perda de **receita federal** por causa de créditos de ICMS e reclamou de decisões do Supremo como a revisão da vida toda da Previdência a que excluiu 100% do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins.

Segundo ele, existe hoje no Brasil "uma péssima combinação entre jabutis e decisões judiciais exóticas". "Enquanto setores privilegiados continuarem a fazer o que estão fazendo, lobby no Congresso, lobby no Judiciário, lobby para erodir a base fiscal do Estado... [vamos ter isso, um custo equivalente a] cinco BNDES no Orçamento da União."

Ao comentar se temia perda de arrecadação com intervenções na Petrobras, Haddad se comparou a um zagueiro de time de futebol: "A Fazenda está preocupada com tudo. A Fazenda é o beque [zagueiro, defensor, no futebol] do governo. Se você tem uma meta explicitada, que recebeu o aval do presidente da República, vamos perseguir essa meta olhando tudo, o que está errado em todas as frentes".

"Estamos conversando sobre o papel do BNDES e, assim como a Petrobras, ainda não tem um desenho claro", afirmou Haddad. Segundo ele, primeiro é preciso que o Ministério de Minas e Energia apresente um desenho sobre a Petrobras, o que não foi feito, para que a Fazenda possa debater. O mesmo vale para o BNDES, sob responsabilidade do Planejamento.

"Em abstrato, seria interessante que o BNDES tivesse um papel importante no financiamento de alguns projetos. (...) Pode atuar mais em infraestrutura, mais em PPPs? Pode atuar mais em transição ecológica, em inovação? Qual o novo BNDES que pode surgir a partir dessa nova realidade? Não sou alérgico a discussão sobre isso, pelo contrário."

Haddad não respondeu se aprova a volta de juros subsidiados no BNDES. Segundo ele, as propostas até agora foram de "graduar as taxas de juros, mantendo a taxa média no patamar do atual".

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/04/por-que-haddad-vai-propor-nova-regra-para-reajuste-do-minimo.shtml>

Presidente da Unafisco Nacional defende reforma tributária para reduzir desigualdades

Táisa Medeiros

Discutida há mais de 30 anos e com pelo menos seis propostas de emendas à Constituição (PECs) e um projeto de lei no Congresso Nacional, a **reforma tributária** é vista como uma maneira de revisitar a organização do sistema de **impostos** brasileiro, otimizando seu funcionamento e corrigindo distorções. A promessa do governo é avançar, finalmente, nesse tema e, desde fevereiro, a Câmara dos Deputados instituiu um Grupo de Trabalho (GT), para discutir as duas propostas de **reforma tributária** mais recentes do Congresso: a PEC 110/2019, do Senado, e a PEC 45/2019, da Câmara.

O plano é que as duas medidas sejam unificadas a partir dos debates originados no GT. De acordo com o secretário especial do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, as mudanças nos **impostos** brasileiros devem ocorrer em duas etapas. A primeira delas é a tributação sobre o consumo - discussão que está amadurecida no Legislativo. Feita esta etapa, seria alterado, então, o imposto sobre a renda.

No meio das discussões, cada grupo de interesse tende a perseguir melhores condições fiscais para seu setor ou categoria. Para a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil**, o Unafisco, a **reforma tributária** é um caminho para que possa ser alcançada a justiça fiscal, define o presidente da Unafisco Nacional, Mauro Silva. Sem ela, as desigualdades regionais e sociais poderão até mesmo continuar aumentando, assim como a defasagem no crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**), afirma.

Com o objetivo de discutir sobre a importância e complexidade do tema, o Correio Braziliense promove, na próxima quarta-feira (12), o Correio Talks com o tema **Reforma Tributária: o Brasil quer impostos justos**. O debate reunirá diversos especialistas da área econômica, como a própria Unafisco, e será transmitido ao vivo nas redes sociais do jornal. Confira a entrevista de Mauro Silva ao Correio:

Reforma Tributária

A Unafisco Nacional entende que a reforma é um caminho para que possa ser alcançada a justiça fiscal,

o crescimento mais consistente do **PIB** e a geração significativa de emprego e renda. Mas é preciso incluir nela a tributação do patrimônio, da renda, especialmente na parte dos lucros e dividendos, para além da reforma sobre o consumo. Não há empecilho para que outras propostas ocorram de forma concomitante à do consumo, trata-se de uma escolha política.

Desigualdades

As consequências que se sobressaem são o desenvolvimento econômico defasado e o aumento das desigualdades regionais e sociais. A enorme quantidade de leis, o volume do contencioso judicial e administrativo e o custo de conformidade tributária são alguns dos fatores que desestimulam os investimentos. A não correção da tabela do Imposto de Renda e a não tributação dos lucros e dividendos, por exemplo, violam o princípio constitucional de igualdade no que se relaciona à capacidade contributiva. Além disso, a existência da guerra fiscal entre estados, proveniente da disputa pela cobrança de **tributos**, enfraquece o federalismo brasileiro e acaba beneficiando apenas algumas empresas.

Redesenho

O redesenho do sistema tributário é uma medida imperativa haja vista que afeta as famílias brasileiras, na qualidade de contribuintes, e os entes federativos que disputam uns com os outros pela legitimidade da cobrança de determinado tributo. Também é preciso considerar a complexidade oriunda da existência de 27 diferentes legislações de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e dezenas de legislações de ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza). Isso tudo afeta o custo das empresas e desestimula o investimento e a geração de emprego e renda.

Imposto único

É preciso calibrar bem a setorização de alíquotas do imposto único, o novo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) subnacional, para não onerar demasiadamente alguns setores que hoje estão alinhados com outro nível de alíquotas. Uma calibragem mal feita pode transferir para a classe média um peso enorme e desproporcional da carga

tributária, especialmente no que se relaciona com a tributação da saúde e da educação.

Distorções

As classes média e baixa são as mais afetadas com o sistema tributário vigente, pois arcam com uma carga tributária proporcionalmente mais elevada que os mais ricos. A correção da tabela do Imposto de Renda, assim como a reforma da tributação do patrimônio e herança seriam fundamentais para promover maior equidade entre as faixas de renda e podem ser realizadas neste momento, de forma simultânea à **reforma tributária** sobre o consumo.

Demora

A primeira proposta de **reforma tributária** sobre o consumo foi a PEC 175/1995. É um tema pertinente à agenda tributária há muito tempo. A discussão enfrenta resistência por setores beneficiados pelo sistema atual, bem como assusta os entes federativos com medo de perder receitas.

Expectativa

É possível concluir a reforma ainda este ano, se observarmos, na prática das duas casas do parlamento, o empenho prometido pelo governo e se o presidente Lula usar a sua tão bem conhecida e respeitada capacidade de negociação que foi destacada nos dois primeiros períodos como presidente.

Justiça fiscal

Ela é fundamental nesse sentido, pois é capaz de corrigir as distorções presentes no sistema atual, mas deve englobar a reforma sobre a renda, patrimônio, lucros e dividendos e o financiamento da previdência, haja vista que a **reforma tributária** sobre o consumo, por si só, não será capaz de corrigir todos os problemas, especialmente aqueles relacionados à justiça fiscal. Sem ela, as desigualdades regionais e sociais poderão até mesmo continuar aumentando, assim como a defasagem no crescimento do **PIB**. Serão majoritariamente afetadas as famílias de classe média e baixa, que atualmente são excessivamente oneradas e por não serem beneficiadas pelo aumento na oferta de empregos.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/negocios/2023/04/5-086177-presidente-da-unafisco-nacional-defende-reforma-tributaria-para-reduzir-desigualdades.html>

É preciso usar receita recorrente , diz secretário do Tesouro Nacional

Rosana Hessel

O novo arcabouço fiscal, que substituirá a regra o teto de gastos - emenda constitucional que limita o aumento de despesa pela inflação do ano anterior -, vai excluir receitas não recorrentes na base de cálculo do limite para o crescimento das despesas, de acordo com o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron. Segundo ele, a nova regra deve expurgar arrecadações extraordinárias que acabam inflando a base, como dividendos de estatais e royalties de petróleo, porque geram distorções que podem impulsionar um aumento de despesa que não terá receita futura correspondente.

Estamos caminhando para a receita líquida total, talvez excluindo receitas extraordinárias para que não inflam e não criem distorções na base, como dividendos de estatais ou royalties do petróleo. Vamos trabalhar isso. É preciso usar a receita recorrente , explica o chefe do Tesouro. Ele contou que o texto do projeto de lei complementar do arcabouço está praticamente pronto e passa por ajustes jurídicos. Além disso, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, decidirá, nesta semana, quando encaminhará a matéria ao Congresso Nacional. Essa é uma decisão política do ministro , diz Ceron.

A nova âncora fiscal prevê uma meta flexível de resultado primário das contas do governo federal, com banda de 0,25 ponto percentual para cima ou para baixo -, e limita o aumento nas despesas em até 70% do crescimento das receitas, mas ainda não está muito claro qual será a base de cálculo. O secretário espera que o arcabouço seja um marco na gestão de contas públicas, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), podendo durar de 15 a 20 anos, ou até mais do que isso, acomodando diferentes ciclos políticos . De acordo com ele, o arcabouço não será uma nova regra que não será cumprida. A gente cansou de blefar no Brasil , frisa.

O secretário reconhece que uma das principais preocupações do governo na área fiscal é com o passivo dos precatórios herdado do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) após o calote de parte das despesas judiciais por meio de emenda constitucional. Foi um grande equívoco, porque existe o canal correto de financiamento da dívida pública, que é aquela emissão de títulos da dívida pública ,

afirma. Contudo, uma saída para esse problema ainda está sendo estudada.

A **reforma tributária** poderá colaborar para o cumprimento do arcabouço, criando condições para mais investimento e mais produtividade na economia, na avaliação de Ceron. Ele ainda conta que Haddad deve anunciar, hoje, o novo marco de Parcerias Público-Privadas (PPPs) voltada para alavancar investimentos de estados e municípios. A seguir, os principais trechos da entrevista de Ceron concedida ao Correio :

Como está a questão dos cálculos para fechar o texto do arcabouço uma vez que será preciso um forte aumento de receita para cumprir as metas? O ministro Haddad sinalizou medidas para aumento de receita em até R\$ 150 bilhões, mas elas dependerão do Congresso. Como fazer os ajustes?

O arcabouço não tem a ver com essas medidas de receita. Ele é um desenho de médio e longo prazos que garante uma trajetória de sustentabilidade fiscal do país, acomodando diferentes ciclos econômicos e diferentes ciclos políticos. E continua mantendo um limite para o gasto para evitar um exagero em momentos de ciclos de alta na atividade econômica, mas também medidas anticíclicas para evitar grandes flutuações em momentos de baixa, e sempre fazendo com que a despesa cresça menos do que a receita. Isso garante, a médio e longo prazos, uma trajetória fiscal sustentável. Isso é o arcabouço, e acho que não há nenhuma discussão relevante de ninguém criticando isso.

A outra é a intensidade do movimento de ajuste dentro do arcabouço. O ministro está sinalizando que pretende acelerar esse processo de ajuste via a recomposição da base fiscal. No ano passado, houve uma renúncia de base tributária de 1,5% do **PIB** (Produto Interno Bruto) e essa busca é para recuperar essa base fiscal. Logo, recuperando essa base fiscal, a sinalização é que conseguiremos cumprir uma trajetória de primário mais intensa e, com isso, é possível estabilizar a dívida em um período mais curto. Mas e o Congresso? Nesta sociedade, pode não validar algumas medidas e o processo de ajuste vai ser mais lento.

Mas há divergências por conta da questão de

depende apenas de receitas pode ser um estímulo para gastar, pois não há um indicativo de corte de gastos.

Essa questão do limite do gasto ser uma licença para gastar eu já me manifestei sobre isso. Isso é conceitualmente um equívoco e não corresponde à realidade. O limite para a despesa pública continua existindo, com teto de 2,5% de crescimento real, que é a média histórica dos últimos 30 anos de crescimento econômico do país. Isso é fato e significa que se o país crescer 2,5%, na média, a longo prazo, o tamanho do Estado continua o mesmo sobre a economia. Esse é um ponto.

O arcabouço não abre espaço para qualquer tipo de ganância ou algo que o valha ou o crescimento exagerado do Estado sobre a economia. Pelo contrário, ele garante um crescimento sustentado da despesa pública, do investimento público e do atendimento social, mantendo o tamanho do Estado em relação à sua presença na economia. Esse é o primeiro ponto. A questão do corte de gastos, do ponto de vista de buscar eficiência das políticas públicas da máquina pública é uma agenda de governo também. Reduzir gastos para reduzir o tamanho do Estado, o suporte social à população, isso não é agenda do governo. Conceitualmente, não é possível dizer que só existe responsabilidade fiscal se for redução do tamanho do Estado.

Mas é importante olhar a questão do gasto, porque é público e notório que o governo gasta muito e mal e tem muito subsídios sem avaliar o impacto para a sociedade.

Se a discussão do corte de gastos é uma discussão para melhorar a eficiência, a focalização da política pública, como eu falei, ela é necessária e ela existe. Isso está na agenda do governo. No pacote das primeiras medidas que anunciamos a revisão de despesas. É aquele efeito de cortar unha, de rever os contratos, que é importante, mas com efeito pequeno. E tem também um esforço para o empoderamento do Cemap (Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas) e um empoderamento de uma área do Ministério do Planejamento, que foi criada para cuidar disso, que é a Secretaria de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas.

Existe um trabalho que é um pouco mais de médio prazo para melhorar a qualidade do serviço público e poder atender melhor a sociedade com menos recursos. Assim, será possível, por exemplo, investir mais em infraestrutura. Isso é essencial e está na agenda do governo, mas é preciso um pouco de tempo de maturação.

Sobre a questão do piso para investimentos, para ele não ser a primeira vítima em caso de ajuste, como é que o governo vai direcionar os cortes em caso de não cumprimento das metas? Será para os concursos ou haverá alguns gatilhos?

A princípio, a lei complementar do arcabouço vai indicar, na medida em que acontecer, a necessidade de ações mitigadoras que garantam uma trajetória, de médio e longo prazos, do fiscal sustentável. E a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de cada ciclo político vai trazer quais são essas medidas e qual a priorização dessas medidas. A ideia é que o arcabouço, em si, seja uma nova LRF e que ele perdure pelos próximos 15-20 anos, tomara que mais. E que seja algo, de fato, algo cultural no Brasil. E então, para isso, ele precisa ser um macro desenho que garanta uma direção para termos um fiscal equilibrado, mas ele precisa ter flexibilidade para acomodar diferentes visões políticas. O arcabouço dá um grau de liberdade para o governo do momento fazer as escolhas e um balanço dessas escolhas.

O que vai ficar dentro desse teto máximo de crescimento, que vai poder ficar fora ou vai poder crescer mais de 2,5%, como educação em saúde, crédito extraordinário? O investimento também vai ficar fora desse novo teto?

Existem exceções que são constitucionais. Crédito extraordinário, por exemplo, é constitucional, e não estamos mexendo nisso. O investimento vai ficar dentro do teto, mas tem um piso de 0,6%. Do ponto de vista, no momento de corte, ele tem que ser respeitado, e vai estar dentro do bolo de até 2,5%.

E precatórios? Na apresentação, o senhor criticou bastante a mudança feita no governo anterior, impondo um teto para essa despesa com decisões judiciais por meio de emenda constitucional.

Por enquanto, vamos seguir a regra constitucional (aprovada no governo Bolsonaro). Mas é um problema. Uma parte dele fica dentro do teto, mas existe o estoque acumulado e ainda não conseguimos ter uma solução. Foi um grande equívoco, porque existe o canal correto de financiamento da dívida pública, que é aquela emissão de títulos da dívida pública. Fazer isso em uma emenda só cria distorções. E estamos vivenciando. Colocaram previsões de que será possível compensar com outorgas de concessões.

Mas há muitas dúvidas e pode colocar quem não está na frente da fila e criar um desarranjo, um custo administrativo, além de forçar pessoas que não queriam financiar o setor público a financiarem. Não deixa de ser um empréstimo forçado, de alguma

medida. Então, é um problema que será preciso resolver. Só que não dá para resolver tudo ao mesmo tempo. Esse é um assunto que nós também queremos endereçar, mas não dá para fazer isso agora.

Em que momento isso será possível?

Nós tínhamos dois grandes desafios iniciais, que era melhorar um pouco e já colocar uma sinalização melhor para o resultado primário do ano. Fizemos isso com as primeiras medidas de ajuste logo no começo e o arcabouço, em si, que é importante para dar uma previsibilidade. E tem algumas medidas adicionais que vão sair. E aí foi dado o primeiro movimento e, agora, precisamos enfrentar as outras questões estruturais.

Para o crescimento econômico também tem outras medidas que podem ser tomadas, como aperfeiçoar setores, enfim, algumas questões para poder estimular o crescimento, por exemplo, a **reforma tributária**. Ela é uma medida que pode aumentar a previsibilidade de economia e o **PIB** potencial. E vamos anunciar, nesta semana, o pacote de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e, depois, o pacote de medidas de crédito.

E quando será o envio do texto do arcabouço para o Congresso?

A nossa expectativa é submeter ao Congresso nesta semana. Mas essa é uma decisão política do ministro.

E sobre as medidas das PPPs? O senhor pode adiantar alguma novidade?

O ministro já falou que as medidas estão mais voltadas para apoiar estados e municípios, criando metas que permitam resolver um problema que é gravíssimo, que são as garantias. As PPPs, nos estados e nos municípios que não decolam ou tem dificuldade de decolar no seu potencial, porque muitos investidores, principalmente, externos ou mesmo grandes grupos econômicos internos, têm um pouco de receio do risco de inadimplência de estados e municípios e do risco político e aí acabam envidando.

Isso diminui a concorrência, às vezes inviabiliza o projeto, força o Estado a usar algumas garantias ineficientes. O que nós vamos colocar à disposição é um conjunto de instrumentos que o Tesouro vai apoiar na estruturação de garantias que farão com que o investidor privado, quando olhar a PPP do estado e do município, ele vai enxergar o risco soberano e não o risco do ente federativo.

Ainda há dúvidas em relação ao arcabouço, sobre a base das receitas para o cálculo do novo limite de gastos. Qual será o critério?

Estamos caminhando para a receita líquida total, talvez excluindo receitas extraordinárias para que não inflam e não criem distorções na base, como dividendos de estatais ou royalties do petróleo. Vamos trabalhar isso. É preciso usar a receita recorrente. E lembrando, o mais importante para nós é que o desenho do arcabouço que está sendo pensado para ter uma vida longa. O mais importante é definir o que seja bom a médio e longo prazos.

Houve alguma mudança na proposta original do arcabouço desde o anúncio das linhas gerais?

Quando foi feito o anúncio, a gente não tinha pensado na questão do bônus de investimento. Aí economistas sugeriram colocar um limite para esse investimento quando houver uma receita muito elevada. Se direcionarmos tudo para o bônus, será ruim para a economia, porque o governo corre o risco de gastar mal e gerar **inflação**. De novo, as contribuições para melhorar o **desenho** de médio prazo faz sentido. Por isso, estamos discutindo o conceito de expurgar as receitas extraordinárias para que ela não contamine ou crie distorções que possam gerar reflexos negativos.

Então vocês devem incluir um limite para esse bônus de investimento quando houver excesso no cumprimento da meta de superavit?

Achei coerente. De novo, digo que é a contribuição que vem para melhorar o desenho de médio prazo, faz sentido. E estamos trabalhando nisso. Achei o alerta importante criar uma discussão de intensidade como é uma medida de médio prazo, faz sentido impor uma limitação para esse bônus. Estímulo, mas não posso dobrar ou triplicar, porque pode não ser saudável. Foi uma boa sugestão em mais de um momento diferente de discussões com gestores e grupo de investidores.

O senhor já falou em usar uma parte desse bônus para precatórios. Qual o saldo de precatórios para este ano e o próximo?

Sim. Estamos discutindo em deixar um percentual para pagamento extraordinário de precatórios. Estamos estimando em torno de R\$ 55 bilhões em 2023 e, para o próximo ano, ainda não temos estimativa. Uma questão mais estrutural foi a montagem do Comitê de Gestão de Riscos Judiciais, incluindo o próprio Ministério da Fazenda, Advocacia-Geral da União (AGU), para atuar, de forma mais próxima ao Judiciário, e trabalhar de forma preventiva para tentar reduzir um pouco o risco de surgimento de grandes precatórios. O comitê está formado e vamos tentar fazer um trabalho que vai ter um efeito mais ameno a médio prazo, mas tentar reduzir para avisar os ministros dos riscos nos próximos meses e traçar

estratégia jurídica.

E com relação à LDO, ela vai ter a previsão dos gatilhos para cortes em caso de descumprimento da meta ou isso ficará no arcabouço?

O arcabouço indica o que acontece quando ocorrer algum descumprimento da regra. Mas ele indica para a LDO as medidas em si. Tem alguns normativos que estabelecem algumas medidas, proibindo contratação, realização de novos concursos, por exemplo. Existem alguns normativos que previam expressamente as medidas, então está congelado qualquer tipo de recomposição dos servidores ou públicos, novos concursos e já prevê que provavelmente vai ficar de fora.

Um dos pontos mais elogiados nas linhas gerais do arcabouço foram as bandas para a meta de resultado primário.

O ponto central do arcabouço, acredito nisso, é criar um conjunto de regras que está alinhado com o que há de mais moderno no mundo. Se olharmos para as regras no mundo, elas foram evoluindo também. Na primeira geração, tinham toda essa rigidez e não eram compatíveis com os ciclos econômicos. E aí é quando se destrói a regra. E eu falei sobre isso. A gente cansou de blefar no Brasil. Era preciso criar uma coisa que dê para discutir à luz do sol e que dê para cumprir.

Estamos criando um arcabouço que funcione a médio e longo prazos. Isso é mais importante do que o curto prazo. E para mim é mais importante do que o ciclo até 2026. O arcabouço vai valer para 15 anos ou 20 anos, que ele continue permanente. As bandas ajudam, porque não será preciso aquele processo de ter que fazer aquele hiper contingenciamento, e, depois, liberar correndo para poder gastar.

Ele permite o que há de mais moderno: um orçamento de médio e longo prazos. Embora a nossa Constituição trouxe, em tese, esse ordenamento, de PPA (Plano PluriAnual), LDO e LOA (Lei Orçamentária Anual), na prática, isso não funciona adequadamente. Então, valorizar isso eu acho que é bacana. Eu acredito muito nessa questão de ter um pouco da banda para ir trabalhando, porque é o suficiente para dar previsibilidade e, mais ainda, dar estabilidade. O processo de ajuste acaba sendo gradual, mas dentro do arcabouço e as medidas devem ser validadas pelo Congresso. O mais importante é que o processo de ajuste seja mais gradual, mas dentro do novo arcabouço. E quem vai arbitrar isso, no final do dia, é a sociedade. E é isso que o arcabouço sinaliza, de forma transparente.

Mas quando é que vamos ver um movimento de

estabilização da dívida? Porque há controvérsias de que será possível conseguir zerar o déficit em 2024 e ter superávit a partir de 2025 porque há muitas variáveis.

Isso eu falo para todos: Discutir simulação, é discutir Excel. Todo mundo pode prever nesses debates. E é mais difícil se o **PIB** crescer só 0,5% até 2026, sim, em um cenário mais difícil de acontecer isso. E é até mais difícil se simular um cenário de **PIB** -1% todo ano. Mas tem um cenário razoável. O país não cresce a 0,5% em média.

Mas o país cresceu, em média, 0,5% na última década.

Tem uma consideração. Mas se olharmos para um horizonte mais longo não é isso. Então acho que, se quer simular? É legítimo. Eu não vou falar que a simulação está errada. Mas eu só estou projetando cenários razoáveis que podem acontecer. Mas podem não acontecer. É razoável prever que a curva de juros, com um arcabouço minimamente factível, com medidas da direção correta, não vai fechar o ruído que ganhou desde meados do ano passado e o **PIB** fechar pelo menos 1%.

Provavelmente todo o mercado fala que 1% é razoável. E não é razoável você pensar num cenário que pode fechar até 2% que era a nossa curva a termo até dois anos atrás? Se isso acontecer e a economia crescer minimamente, a gente chega em 2026 com uma situação estável. Mas, se isso acontecer, ainda assim o movimento de médio e longo prazo estará garantido pela regra do arcabouço, na qual a despesa vai crescer menos do que a receita. E aí você vai melhorar o fiscal. Então tudo bem, esse debate é legítimo, porque as projeções são legítimas para todos. Existem muitas variáveis na economia que são dinâmicas. As coisas vão mudando e o trabalho do economista não é trivial. As coisas vão mudando.

E temos uma outra variável de **inflação**, que é a redução da produção de petróleo do cartel da Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep). Isso pode afetar todo o cenário que vocês traçaram?

Então, não é simples. É preciso analisar se o impacto é positivo ou negativo para o Brasil. Por um lado, ele dificulta o trabalho da política monetária. Não há dúvida quanto a isso. Por outro lado, ele aumenta mais proporcionalmente a arrecadação do governo federal. Não apenas por causa da **inflação**, mas porque tem os royalties e têm a Petrobras. No ano passado, explodiu a arrecadação de royalties. Logo, para o fiscal, é favorável. E, para a economia, depende do balanço das coisas. Por exemplo, quando a China

crece e o restante do mundo tem uma previsão de crescimento, para o Brasil, não é de todo ruim. Todos esses balanços não são simples de avaliar. Mas, de qualquer forma, claro que o preço do petróleo, dentro de um determinado patamar, ele colabora, mas, depois, joga para uma recessão. Vai depender da intensidade do movimento.

Mas ainda não entrou no cenário de vocês? Está esperando para ver?

A curto prazo, ele tem que ter um impacto positivo sobre a arrecadação. E, provavelmente, esse ajuste, se for pequeno no preço do barril, deve ser tranquilo. O problema será se o barril voltar para mais de US\$ 100. Aí gera um pouco mais de pressão sobre a atividade econômica, sob pressão de preços. Por enquanto, não vejo como um grande fator, um problema. Muita gente acha que o mercado reagiu com um overshooting e vai se ajustar. Em resumo, por ora, não tem um. Não há um grande fator de problema isso não.

Mas com salário mínimo com reajuste em termos reais, tendência de mais aumento de salário para os servidores, maiores gastos com educação e saúde, além de investimentos com piso. Será possível cumprir a regra efetivamente?

Sim. É possível. Essa é a beleza da regra e é a parte mais essencial dela. Quando não se pode avançar nas políticas públicas, depende das receitas que são auferidas. Então, essa relação entre receita e despesa, garantido para a sociedade que o Orçamento, de mês a mês, vai criar a relação de que a despesa não vai poder ser maior do que a receita é mais fácil de entender para a sociedade como um todo. Você vai criar essa relação para também economizar um pouquinho para poder diminuir esse deficit, fazendo, assim, aumentar o superavit. Mas se não tiver receita para tudo isso, eu não vou poder fazer tudo isso. A sociedade vai ter que fazer escolhas. E é isso que estamos colocando de forma bem transparente. O arcabouço é compatível com uma visão progressista no sentido da necessidade do Estado reconhecer que o Brasil tem uma reparação social a ser feita. E isso o presidente da República fala constantemente.

Esse arcabouço é compatível com esse processo de reparação social com responsabilidade fiscal. Ele exige para poder fazer tudo, num patamar adequado, um incremento da receita. Exige isso. E esse aumento de receita não vai ser com aumento de tributo, criando tributo, aumentando alíquota, mas combatendo a sonegação e o planejamento tributário dos grandes grupos, triangulações de paraísos fiscais, coisas que não afetam o dia a dia da população, que nem sabe

que isso acontece. Afeta um grande grupo, com grande assessoria jurídica, que ficou sabendo que existiam mecanismos, artifícios que geram, no final do dia, uma tributação muito aquém do que deveria ser paga. Se formos bem sucedidos nesse processo e a tributação consciente for bem sucedida, tudo isso é possível, para continuarmos um processo de reparação social, que já teve o seu início com o redesenho do Bolsa Família e o incremento do pagamento do salário mínimo com aumento real, com o piso de educação e saúde.

Tudo isso sinaliza um processo de recuperação do atendimento de quem mais precisa. Em um país mais igualitário, com mais reparação social e com todas as camadas mais ricas. Um país socialmente mais estável, sem tanta violência, mas equilibrado. Tudo isso é bom para todo mundo.

A **reforma tributária** vai ajudar o cumprimento do arcabouço?

A **reforma tributária** colabora, porque cria condições para mais investimento, mais produtividade na economia, mais crescimento econômico. E tudo isso faz o país voltar a crescer no seu padrão histórico. Se isso acontecer, não haverá necessidade de grandes medidas para garantir tudo isso. Existe um caminho bom pela frente.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/04/5086181-e-preciso-usar-receita-recorrente-diz-secretario-do-tesouro-nacional.html>

Regra fiscal, juros e novo PAC : o foco do governo Lula após os primeiros 100 dias

Por Pedro Henrique Gomes, Guilherme Mazui e Delis Ortiz, g1 e TV Globo - Brasília

Passados os primeiros 100 dias de governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve redirecionar os esforços das equipes para três temas principais:

Lula deseja, ao final de 2023, ver a economia crescer além das previsões atuais - o mercado financeiro estima alta do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 0,9% e o governo, de 1,61%.

Para isso, segundo o ministro da Casa Civil, Rui Costa, o governo busca um equilíbrio - incentivar investimentos sem descuidar das contas públicas.

Até o momento, em pouco mais de três meses do terceiro mandato, Lula relançou programas que foram interrompidos ou esvaziados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro - como Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida e Mais Médicos - e começou a retomar parcerias e alianças internacionais.

"O que nós fizemos foi organizar o governo, fazer gestão e retomar programas para cuidar de pessoas, cuidar de gente", avaliou Costa.

De acordo com o ministro, o governo reforçará o Farmácia Popular até o final deste mês. A ação, que distribui medicamentos à população de baixa renda, sofreu com a falta de recursos no governo Bolsonaro.

"A prioridade [do governo] é o equilíbrio fiscal junto com o atendimento das demandas sociais. Isso pautando na geração de emprego através da atividade econômica", disse Costa.

Superado o marco de cem dias, o governo quer apresentar novas marcas. Uma das apostas é o plano de investimentos que será lançado neste mês, cujo nome ainda não foi definido.

O programa é chamado internamente de novo PAC, em alusão ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que reuniu grandes obras durante os governos petistas.

Lula, no entanto, quer outro nome para o plano, que vai reunir investimentos da União, concessões e

parcerias público-privadas, a serem executados nos próximos anos em áreas como transportes, energia, saneamento e prevenção de desastres.

Vamos inovar porque o governo federal nunca fez parceiro público-privada. Vamos fazer para acelerar a infraestrutura, para gerar emprego, reduzir custos da iniciativa privada e, portanto melhorar o desempenho da economia, diz Rui Costa.

O governo incluirá no plano retomada, aceleração e começo de obras. O Planalto planeja utilizar fundos públicos para ajudar a garantir a viabilidade dos projetos com a iniciativa privada.

Lula tentará enviar o projeto do novo arcabouço fiscal nesta semana ao Congresso Nacional. O texto é uma proposta para substituir o atual teto de gastos, regra em vigor que limita o crescimento das despesas do governo à **inflação**.

O envio dessa nova proposição é uma obrigação incluída na PEC da Transição, aprovada e promulgada ainda em 2022 para permitir o cumprimento de promessas do governo eleito.

O projeto permite que as despesas cresçam acima da **inflação** e estabelece regras para voltar a ter superávit nas contas públicas. Após o envio, o governo terá de negociar eventuais mudanças no texto para convencer deputados e senadores a aprovarem a medida.

O sucesso servirá de termômetro da força do Planalto na futura discussão da **reforma tributária** no Congresso, prevista para este primeiro ano de mandato.

"A medida de arcabouço e de **reforma tributária** busca criar as condições para a queda da taxa de juro. Não é possível crescer a esta taxa de juro. Caindo a taxa de juros vamos ter investimento no comércio, na indústria, na infraestrutura. Os projetos de PPP e de concessão ficarão de pé", disse Rui Costa ao g1.

Planalto insistirá na cobrança para que o BC reduza a taxa básica de juros da economia, a Selic, que está em 13,75% ao ano. O BC mexe no patamar da Selic para tentar evitar a alta da **inflação**.

A próxima reunião para tratar da Selic ocorre em maio.

Como o BC é autônomo e o presidente do órgão, Roberto Campos Neto, tem mandato até o ano que vem, cabe a Lula e aos ministros discursar a favor da redução e adotar políticas capazes de garantir o equilíbrio fiscal.

O governo argumenta que o atual patamar da Selic encarece o crédito, o que dificulta o crescimento da economia.

O Planalto tentará aprovar no Congresso 12 medidas provisórias (MPs) editadas por Lula.

As mudanças na legislação feitas pelas MPs entram em vigor após a publicação no Diário Oficial da União, mas devem ser aprovadas em quatro meses para que não percam a validade.

A aprovação exigirá que o governo supere o impasse entre Câmara e Senado sobre o rito de análise das MPs. As votações também darão ideia do tamanho da base do governo no Congresso.

O governo espera instalar de seis a sete comissões mistas (deputados e senadores) para analisar as MPs, sendo quatro ainda nesta semana. As prioridades do Planalto são:

Nesta terça (11), 101º dia do governo, Lula deve viajar à China em uma viagem oficial que foi adiada em razão da broncopneumonia que acometeu o presidente em março.

Em Pequim, o petista se reunirá nesta semana com o presidente chinês Xi Jinping. A China é o principal parceiro comercial do Brasil.

Lula pretende manter uma agenda internacional intensa para consolidar o retorno do Brasil aos fóruns internacionais.

O presidente tem previsão de visitar Portugal e Espanha neste mês e de ir ao Japão em maio para a reunião do G7, grupo dos países mais ricos do mundo.

Com a aposentadoria do ministro Ricardo Lewandowski nesta terça-feira (11), Lula fará sua primeira indicação para o Supremo Tribunal Federal (STF) neste terceiro mandato.

O presidente ainda não anunciou o escolhido, porém nos bastidores um dos favoritos é o advogado Cristiano Zanin, que defendeu Lula em processos.

Após definir o indicado, Lula e ministros terão de trabalhar pela aprovação do nome no Senado Federal.

O esforço se repetirá neste ano, já que o presidente

indicará um segundo ministro para o STF após a aposentadoria da ministra Rosa Weber. Lula também indicará o procurador-geral da República ao término do mandato de Augusto Aras à frente do Ministério Público Federal.

Lula chega aos 100 dias de governo com aprovação de 38% e 29% de reprovação, segundo pesquisa Datafolha. O governo é considerado regular 30% dos entrevistados.

A aprovação, segundo o Datafolha, fica atrás dos parâmetros alcançados por Lula nos mandatos anteriores (43% e 48%), mas acima de Jair Bolsonaro (32%).

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/10/regra-fiscal-juros-e-novo-pac-o-foco-do-governo-lula-apos-os-primeiros-100-dias.ghtml>

Uma aventura de alto risco - ROBERTO BRANT

ROBERTO BRANT

Na falta de um programa de crescimento com todos os complexos ingredientes que ele implica em termos de objetivos e de recursos, os Ministros da área econômica estão patrocinando uma reforma tributária, com a promessa de que com a mudança dos impostos a economia voltará a crescer. Como se fora só isto o que nos faltasse. Há quem pense que se trata mais de um ato de fé, baseado num pensamento mágico.

A ideia da reforma, tal como está desenhada nas Emendas Constitucionais nº 45 e nº 110, é unificar os vários impostos cobrados pela União, pelos Estados e pelos Municípios, ou seja o ICMS, o ISS, o IPI e as contribuições do PIS/COFINS, em um ou dois impostos, um de competência da União e outro de competência conjugada de Estados e Municípios. A alíquota, em qualquer dos casos será única, estimada em 25% na melhor hipótese, podendo chegar até 30% conforme preveem vários especialistas.

O pretexto da reforma é simplificar a cobrança para os contribuintes e realizar uma maior justiça tributária. De fato, a legislação sobre estes impostos no Brasil é excessivamente complicada e gera muita insegurança jurídica. A verdade é que o Estado brasileiro gasta muito e gasta muito mal e o nosso sistema tributário tem corrido atrás muito improvisadamente para financiar tudo isto, até o ponto de asfixiar as atividades produtivas.

Se o diagnóstico tem elementos de realidade, as Emendas 45 e 110 não são os únicos remédios possíveis. O propósito da simplificação é muito mais bem atendido pela Emenda Constitucional nº 46 que se limita a unificar as legislações sem o risco de uma alteração radical do sistema tributário, que pode causar danos irreversíveis na economia do país. Apesar de as emendas estarem próximas de serem votadas, seus autores não realizaram simulações que possam revelar seus impactos nas diferentes cadeias produtivas de cada setor econômico.

Não é difícil antever alguns impactos de grande alcance da reforma pretendida. O novo imposto vai incidir sobre inúmeros setores e atividades sobre os quais não recaem hoje impostos que vão ser unificados. Para estes, o aumento da carga tributária

será imenso. É o caso de educação, saúde, agropecuária, construção civil, o comércio e os serviços pessoais. A indústria e o setor financeiro vão ter aliviado o peso dos impostos que hoje pagam e a conta vai para o plano de saúde, a conta do hospital, a mensalidade escolar, os alimentos, a habitação, os aluguéis, as passagens de transporte, os serviços de profissionais e assim por diante. E o aumento não será brincadeira, de 25 a 30%.

Quanto à segurança jurídica basta dizer que hoje quem contribui com esses impostos são empresas organizadas. Daqui para a frente todas as pessoas físicas se tornarão contribuintes, precisando de emitir notas fiscais e documentos de arrecadação: locatários de imóveis, fazendeiros, médicos, cabeleiros, eletricitistas, todos os que fornecem serviços. Toda esta gente vai ter sobre si o espectro do Fisco e o risco de autuações imprevisíveis. Ninguém vai ter mais sossego e tranquilidade, a não que prefira não ser empreendedor, mas trabalhador assalariado.

A implantação da reforma, tal como concebida, vai desorganizar toda a economia e alterar a maioria dos preços relativos, já que tanto um automóvel de alto luxo quanto um litro de leite ou um quilo de pão vão pagar a mesma alíquota de 25 ou 30%. O impacto na inflação e na vida da quase totalidade dos brasileiros vai ser terrível.

O desenvolvimento econômico é um processo complexo e que envolve muitos elementos, não apenas um determinado sistema tributário. Se a reindustrialização do país requer apoio e incentivos, ninguém pode se opor. Mudar todo o sistema tributário e redistribuir de modo tão distorcido a carga dos impostos sobre todos os itens de consumo das pessoas é um preço alto demais para isso e certamente contraproducente.

A única coisa que me deixa verdadeiramente intrigado é como um político como Lula pode estar de acordo com um experimento puramente tecnocrático e de efeitos tão regressivos para a maioria dos brasileiros.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Uma aventura de alto risco

Grupo da reforma tributária na Câmara quer alíquotas diferenciadas para serviços - COLUNA DO ESTADÃO



ANDREZA MATAIS - MARCELO DE MORAES

Deputados do grupo de trabalho da **Reforma Tributária** na Câmara veem como irremediável a definição de alíquotas diferenciadas para setores de serviços, como educação, saúde, transporte público e agroindústria, o que enfraquece a tese de tratamento único para todos os contribuintes defendida pelo Ministério da Fazenda. Mauro Benevides Filho (PDT-CE) diz que a educação não poderia sofrer um salto na taxação de cerca de 2% nos **impostos** federais para 25%. "Uma alíquota de 11,5%, 12%, 13% destrava a reforma. Com três alíquotas diferenciadas, as empresas se acalmam". Reginaldo Lopes (PT-MG) quer uma "alíquota de equilíbrio" para setores selecionados, com a previsão de cashback para a venda de serviços a contribuintes de baixa renda.

I INDEFINIÇÃO. "Com cashback, a alíquota de equilíbrio desses setores não precisaria ser tão baixa", afirma Lopes, em referência ao patamar sugerido por Benevides. A Fazenda não bateu o martelo sobre se topa ceder no tratamento diferenciado a alguns setores, ainda que repita o mantra de que a decisão será do Parlamento.

I COMO... Benevides diz ainda que 90% dos

problemas da reforma estariam resolvidos se a Fazenda topasse retirar a exigência de comprovação de pagamento do imposto na etapa anterior para liberar que o próximo elo da cadeia retire o tributo do valor da sua venda.

I ... FAZ. A Fazenda defende que a previsão seja mantida, ainda que como possibilidade, não obrigação. No futuro, a ideia é que os **impostos** sejam divididos imediatamente entre os entes federados no momento da emissão da nota fiscal.

I CONDIÇÃO. O PDT sinalizou que só aceita ingressar no bloco de Arthur Lira (PP-AL) na Câmara se a premissa for de que não se trata de um grupo de opositores ao governo Lula.

I LIBERA. Nas votações em plenário, os partidos reunidos em bloco devem seguir a mesma orientação. André Figueiredo (CE), líder do PDT, afirma que, neste caso, o bloco liberaria os deputados a votarem de acordo com as suas siglas, isoladamente.

I SEGUE. Apesar de divergências em SP, o PDT mantém o plano de concluir a federação com o PSB a tempo das eleições de 2024. Na capital, José Luiz Datena (PDT) e Tabata Amaral (PSB) desejam se candidatar.

O prazo previsto é encerrar as discussões internas até julho e iniciar a aliança até maio do ano que vem. O Solidariedade só deve ingressar no grupo após o pleito de 2026.

I PLANO A. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), é visto por integrantes do seu grupo político como o nome mais provável para disputar o governo de Minas Gerais, em 2026.

A ideia é fazer um contraponto ao candidato apoiado pelo governador Romeu Zema (Novo), que faz oposição ao governo Lula.

I PLANO B. Aliados de Pacheco ficaram preocupados ao vê-lo como um dos possíveis cotados para a terceira vaga no STF na gestão Lula - caso o ministro Luís Roberto Barroso antecipe a sua aposentadoria - o

que poderia frustrar o plano.

PRONTO, FALEI!

José Nelto

Deputado federal (PP-GO) "O governo é preguiçoso, não quer cortar gastos. Temos agora que combater a burocracia e dar velocidade ao governo, para que ele pegue no tranco."

CLICK

Rubens Pereira Júnior

Deputado federal (PT-MA) Ao lado de outros parlamentares, acompanhou a comitiva do presidente Lula e ministros a Bacabal, no Maranhão, para verificar o impacto das chuvas.

Notícias Relacionadas:

O LIBERAL - BELÉM - PA
Grupo da **Reforma Tributária** na Câmara quer alíquotas diferenciadas para serviços

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Sistema tributário não atrai negócios, diz Huawei



Baocheng, da Huawei: "Governo e Congresso precisam encontrar um caminho"

O CEO da Huawei no Brasil, Sun Baocheng, diz que o Brasil está entre os cinco mercados mais atraentes para investidores no mundo, mas observa que o sistema tributário complexo e a insegurança jurídica são obstáculos para estimular mais empresas a se estabelecerem no país. Em entrevista ao Valor, em Pequim, ele cobrou um entendimento entre governo e Congresso Nacional para aprovação da **reforma tributária**.

A empresa chinesa, no Brasil há 25 anos, prevê concluir a implantação da rede 5G no país até 2028, segundo cronograma da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), e de participar da expansão do mercado de energia solar.

Baocheng foi um dos palestrantes no encerramento do Fórum Econômico Brasil-China, promovido pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), no dia 29 de março em Pequim. No cronograma original, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva iria conhecer a sede da Huawei em Xangai no dia 30. Com o novo calendário, pelo qual Lula embarca para o país asiático nesta terça-feira, a visita à empresa chinesa não está confirmada.

"Todas as empresas chinesas, incluindo a Huawei, estão muito interessadas no Brasil, que está no "top five" dos mercados mais importantes para nós", disse Baocheng.

Ressalvou que o principal obstáculo do governo para atrair mais investimentos, chineses ou de outros países, é a **legislação tributária** e a insegurança

jurídica.

Para Baocheng, "de alguma forma, governo e o Congresso precisam encontrar um caminho para realizar essa **reforma tributária**".

Ele diz que, de outro lado, o Brasil tem atrativos para investidores.

Lembra que o país foi o primeiro da América Latina onde a Huawei começou a operar, em 1998. "Sei que isso [**reforma tributária**] é difícil de solucionar, mas o Brasil será mais atraente do que é agora se essa grande questão for resolvida".

O CEO diz que não planeja novos investimentos no Brasil no curto prazo, mas cita números para demonstrar os aportes da gigante chinesa na economia brasileira.

Segundo Baocheng, a Huawei pagou R\$ 1,6 bilhão em **impostos** ao Tesouro Nacional em 2022 e investiu cerca de R\$ 700 milhões na compra de produtos de fornecedores locais. Nos últimos dez anos, foram R\$ 250 milhões aplicados em P D no país.

O foco da Huawei continua sendo a implementação da rede 5G em todo o país. Desde o leilão de concessão dos direitos de exploração das faixas de frequência para as empresas de telecomunicação, a quinta geração da internet já entrou em funcionamento nas principais capitais brasileiras, como Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Curitiba, citou o executivo.

Ele elogiou a exigência do governo às operadoras de destinarem 90% dos recursos para a instalação da infraestrutura necessária à implantação da rede.

Defensor da premissa de que uma economia digitalizada cria novos espaços de desenvolvimento, Baocheng vê o Brasil trilhando esse caminho, mas acredita que seja possível acelerar esse processo.

Para alcançar esse modelo, Baocheng diz que a prioridade do governo federal e das empresas de telecomunicação deve ser expandir o acesso a redes de qualidade para além das grandes cidades e assegurar boa conexão de internet, também, para todas as mais de 100 mil escolas públicas e hospitais

públicos brasileiros.

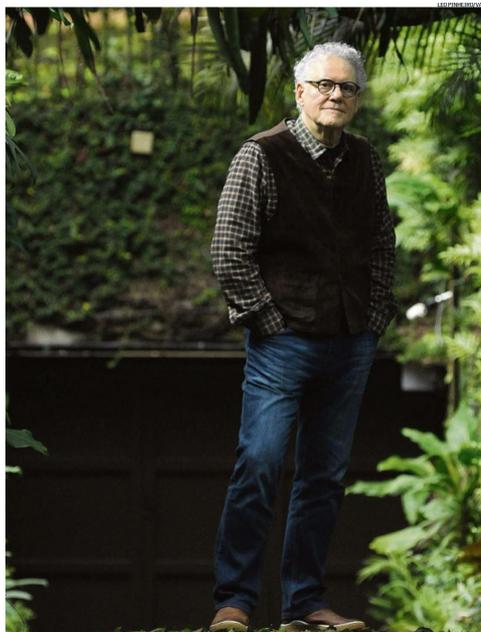
Pelo calendário de implementação da rede 5G estabelecido pela Anatel, a quinta geração da internet só vai chegar aos municípios com até 30 mil habitantes em 2028.

Para Baocheng, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) deveria ser investido na aceleração da implantação da infraestrutura de internet, e da rede 5G, em todo o país.

Nos últimos 20 anos, o Fust arrecadou mais de R\$ 20 bilhões das operadoras, mas esses recursos vêm sofrendo contingenciamentos sucessivos nos últimos anos.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187515>

"Ajuste fiscal, pela primeira vez, virou uma política do PT"



Abranches: para sociólogo, crise com Forças Armadas desinfiou, "mas o problema está longe de estar resolvido"

Ricardo Mendonça De São Paulo

Para o sociólogo e escritor Sergio Abranches, a principal novidade nos primeiros cem dias do terceiro governo Luiz Inácio Lula da Silva é a tentativa de combinar as políticas sociais que o PT sempre defendeu com um ajuste fiscal desta vez criado e defendido pelos próprios petistas.

A diferença notável, destaca, é que nos governos anteriores do partido a política fiscal mais rígida era adotada a contragosto. Agora "é da cabeça deles", diz. "Não dá para vir depois e dizer que é uma política neoliberal." Criador do conceito do presidencialismo de coalizão, expresso pela primeira vez em um artigo publicado em 1988, Abranches avalia que a governabilidade ficou muito mais difícil após a implosão do modelo de disputa liderado por partidos âncoras, PT e PSDB, que predominou entre 1994 e 2014 e foi enterrado em 2018 com o triunfo de Jair Bolsonaro (PL).

Entende, entretanto, que Lula está sabendo se adaptar ao novo "ecossistema político", agora povoado por um número maior de partidos médios, Centrão anabolizado e concentração maior de poder nas mãos dos presidentes da Câmara e do Senado. A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor: Valor: Qual que é a marca forte dos 100 dias do governo Lula?

Sergio Abranches: É a tentativa de compatibilizar uma política social, que é típica do Lula e do PT, com uma política fiscal, que nunca foi um forte deles. Embora Lula sempre tenha dito que fez superávit nos primeiros governos dele, isso é verdade, sempre houve muita pressão interna nesse campo. Não é uma política orgânica do PT fazer ajuste fiscal. Mas agora é. Então o ajuste fiscal, pela primeira vez, virou uma política do PT.

Valor: É um governo petista mais fiscalista do que os anteriores?

Abranches: Não é que seja mais fiscalista. É que agora ele está oferecendo uma política fiscal ambiciosa, do ponto de vista dos esforços, sem as mesmas resistências que havia no passado. Antes, eles adotavam uma política que não era deles, nunca foi considerada como deles. Adotavam a contragosto. Agora estão adotando uma política que foi formulada por eles, é da cabeça deles. Não dá para vir depois e dizer que é uma política neoliberal. Agora é uma política do governo do PT. Está sendo enviada por Lula e seus ministros ao Congresso.

Valor: O que mais chamou sua atenção nesses 100 dias iniciais?

Abranches: É um governo diferente, de coalizão mais ampla. Então há também uma tentativa de se adaptar ao novo ambiente político, ao novo ecossistema político. Pois há muita mudança na forma como o Legislativo atua.

Valor: Lula venceu, mas deputados que não o apoiaram em 2022 são mais numerosos do que os que o apoiaram. Qual deve ser a tática do governo nesse cenário?

Abranches: Eu acho que o Lula está fazendo o certo até agora nessa questão. O que tem aí é um pouco mais estrutural. Desde 2010 há um processo de redução do tamanho médio das bancadas. Aconteceu com o MDB, o antigo PFL [União Brasil], PSDB e com o PT. No governo Fernando Henrique tinha partido com mais de 100 deputados, não existe mais. Isso gerou uma mudança radical na composição do Congresso, um número muito grande de bancadas médias e pequenas, de 30 ou 40 deputados. Aí a quantidade de pontos de veto no Legislativo passa a

ser muito grande. Então a governabilidade ficou muito mais complexa. As coalizões têm de ser maiores, elas são necessariamente mais heterogêneas. Isso cria um baita problema de articulação política. Bolsonaro resolveu isso de uma forma muito fácil. Ele abdicou de fazer política, entregou um orçamento secreto ao Arthur Lira [presidente da Câmara] e foi cuidar do que ele gostava de fazer: motociata, arma. Ele não tinha interesse em política educacional, em saúde...

Valor: Mas e o Lula?

Abranches: Quando chega o Lula, não é que o Congresso seja mais à direita. É que está mais amorfo. Tem mais Centrão do que tudo. Tem muito parlamentar que não tem convicção programática de nenhuma espécie. Então ficou muito mais complicado. E essa redução do tamanho das bancadas foi agravada em 2018 por outra mudança radical, que foi a ruptura de um padrão de formação de governo e oposição que vinha desde 1994. Era um sistema de disputa bipartidária para presidente, PT e PSDB, os dois partidos âncoras. As terceiras forças nunca passaram de 20%. Outros partidos buscavam bancadas com vistas a fazerem parte da coalizão do governo ou, se fosse o caso, oposição.

Valor: Esse modelo implodiu.

Abranches: Sim. Houve o desaparecimento do PSDB, virou nanico, perdeu a vocação presidencial. E tem a redução do PT, que é âncora só na esquerda não tem capacidade de aglutinação para formar maioria entrando nos partidos de centro ou mais liberais. E o partido do Bolsonaro, PL, também não é âncora de nada. Bolsonaro nunca foi liderança importante no Legislativo, não tem capacidade de aglutinação.

Valor: Qual a consequência?

Abranches: O presidencialismo de coalizão está em crise. A capacidade de formação de maioria no Congresso diminuiu muito. E isso tudo deu muito mais poder aos presidentes da Câmara e do Senado. Porque são eles que manejam uma série de mecanismos de poder. Então agora o processo de articulação do governo com o Congresso é diferente. Tem de passar necessariamente pelos presidentes das duas casas e pelo colégio de líderes, que também é poderoso. Eu vejo que Lula sabe se adaptar a isso. Essa ideia de mostrar as propostas antes para eles, como ocorreu no caso do arcabouço, de prestigiar, isso é uma estratégia. Mostra certo aprendizado.

Valor: Para enterrar o orçamento secreto, foi feito um arranjo de ampliação das emendas impositivas individuais. Deputado agora tem R\$ 30 milhões de emendas garantidas, senador tem R\$ 60 milhões.

Com isso, eles não dependem mais do governo para levar recursos à sua base. Isso faz muita diferença na relação com o Congresso?

Abranches: Faz. E vai depender também de como é que os parlamentares vão se comportar na votação do arcabouço fiscal. Porque esse novo arcabouço enquadra qualquer tipo de despesa, inclusive as impositivas. Então isso aí agora vai ficar submetido ao crivo da nova regra fiscal. Prova velmente vão perceber isso e vai haver uma certa resistência.

Valor: Mas chega a ser um risco à aprovação do arcabouço fiscal?

Abranches: O problema [dos parlamentares] é que não têm muita saída. Porque se são responsabilizados por um desequilíbrio econômico por não aprovarem o arcabouço, isso reduz muito a capacidade de reeleição. Aí os adversários locais vão dizer que o cara é responsável pelo desemprego, inflação.

Valor: O número de partidos começa a declinar. Lula deve se beneficiar disso?

Abranches: De imediato, não. Ninguém vai se beneficiar. Tem 40 anos que eu falo sobre reforma política e sempre falo desse problema. A gente acha que a lei condiciona o comportamento. Aí o sujeito pensa assim: "Se eu mudar a lei, eu vou mudar o comportamento eleitoral". Não é assim. Tem efeitos não antecipados que depois a gente vai ter que corrigir. Eu sempre fui a favor de acabar com as coligações proporcionais. E, de fato, com isso a fragmentação caiu muito. Mas qual foi o efeito não antecipado? Em compensação, não há mais capacidade de fazer bancadas grandes, como eu disse anteriormente. Os partidos estão envelhecendo, são pouco eficazes do ponto de vista eleitoral. A população está desencantada com todos eles. Então não há mais partido âncora, não tem referência. Ninguém se beneficia disso.

Valor: Não adiantou nada?

Abranches: Pode mudar. Qualquer mudança na regra eleitoral leva alguns ciclos para amadurecer. Então a gente ainda não sabe o que vai acontecer depois de três ou quatro eleições proporcionais sem coligações e com a cláusula.

Valor: Uma questão que se colocou muito fortemente na primeira semana de mandato foi a da relação de confiança do presidente Lula com as Forças Armadas. Mas o tema esfriou. A questão parece resolvida?

Abranches: Foi desinflada. Em grande medida pelas atitudes do comandante do Exército [Tomás Paiva]. E

o ministro da Defesa, José Múcio, que é muito jeitoso e detesta arestas, tem conseguido pilotar essa desinflação dos ânimos. Mas o problema está longe de estar resolvido. A gente continua tendo uma questão militar, que tem aver com o artigo 142 da Constituição [cuja redação, para alguns, sugere as Forças Armadas como uma espécie de poder moderador]. Quando tentarem mudar o artigo, e tem proposta para isso, acho que veremos o veto militar novamente tentar se impor.

Valor: Qual é a dificuldade?

Abranches: Após a ditadura, nós [civis] abandonamos os militares achando que não voltariam para a política. Quando chegou o Bolsonaro e as Forças Armadas foram reativadas na política, havia falta de informação. Nós paramos de estudar o tema como estudávamos no passado. Precisamos entender melhor o que se passa na corporação para poder remover determinadas ameaças do caminho da democracia.

Valor: Na Colômbia, o presidente Gustavo Petro, de esquerda, mandou para a reserva um grupo grande de generais. Renovou toda a cúpula. Não é o caminho adotado no Brasil. A opção de Lula pela acomodação parece adequada?

Abranches: Falta informação sobre os militares no Brasil. E como eles ficaram muito tempo fora do jogo político, a gente mantém um certo temor de contrariar as Forças Armadas e aí elas reagirem. Tem uma cautela que eu diria excessiva. No caso do Judiciário, por exemplo, isso fica claro na forma pela qual a Lei Anistia tem sido interpretada. Tem essa tolerância em relação à redação do artigo 142, que já foi feito sob temor na Constituinte, com pressão dos militares. São questões que o Brasil não enfrenta. E por isso perpetua essa espada sobre a cabeça da democracia, que é a possibilidade da interferência dos militares para manter a lei a ordem.

Valor: Falando nisso, como avalia o desfecho do 8 de janeiro?

Abranches: Ainda não teve desfecho. Só terá quando os responsáveis pela invasão física das sedes dos Três Poderes, os cabeças e os articuladores, sejam militares, sejam políticos, tiverem punição exemplar. Enquanto não ocorrer, ficaremos com essa outra ameaça importante à democracia. A democracia não pode tolerar esse nível de agressão.

Valor: E em relação ao meio ambiente? Como avalia a fase inicial do governo Lula nessa área?

Abranches: Evidentemente já mudou a maneira pela qual o governo encara a questão. Ter Marina Silva no

Ministério do Meio Ambiente, criar o Ministério dos Povos Indígenas e ainda ter um indígena na direção da Funai muda completamente a visão. O problema é que todos os instrumentos estão desarticulados e semidestruídos. A Funai tem de ser recomposta. O Ibama tinha problema há muito tempo, parte do seu quadro já não tem mais condições físicas de ir a campo com a efetividade necessária. Vai precisar concurso, mas isso demanda tempo e dinheiro.

Valor: Mas e o desempenho do governo Lula nessa área?

Abranches: Eu acho que está muito moroso. A Casa Civil não está liberando as nomeações para cargos essenciais de comando nessas estruturas. Então fica pouca gente para fazer muita coisa. Por outro lado, tem razão para estar lento. Não é deficiência de desempenho de quem está na gestão. E porque há mesmo uma fragilidade. A reconstrução é muito mais demorada e mais cara do que a destruição. E é preciso dizer que o receio nas nomeações, seja por causa de corrupção, seja por risco de infiltração bolsonarista, está fazendo com que decisões sejam muito lentas.

Valor: E em relação à questão ambiental propriamente?

Abranches: A questão ambiental brasileira ficou muito mais difícil depois do Bolsonaro. Porque avançou demais a cumplicidade com grileiros, garimpeiros e desmatadores. E isso permitiu que houvesse uma interseção muito mais forte entre esse tipo de crime, o ambiental, e os crimes de contrabando de drogas e de armas. A região Norte tem um quadro muito complicado. Tem o crime organizado muito bem armado, polícias locais corrompidas, falta de pessoal federal para agir. Há um grau de avanço sobre as terras indígenas e outras áreas com muita destruição. Ficou tudo muito mais difícil. Ao mesmo tempo, ficou muito mais arriscado não fazer nada. Porque a mudança climática já está instalada. Está produzindo eventos mais graves, mais extremos, mais danosos e mais perigosos a cada ano. A ação de adaptação à mudança climática tem que ser muito mais ampla. Nisso, não vejo disposição de governo algum de fazer o que precisa ser feito.

Valor: Bolsonaro voltou ao Brasil no momento em que Lula completa 100 dias de governo. Consegue prever o papel que esse personagem vai desempenhar?

Abranches: Acho que será bem menor do que estão imaginando. Ele volta fraco, derrotado. Dizem que poderá liderar a oposição. Mas não tem oposição para liderar, o que tem são fragmentos de partidos que fazem oposição. Todos os partidos que o apoiaram

estão divididos ou já aderiram ao governo Lula. Ele tem muito processo para responder na Justiça comum, muito problema pessoal para se dedicar. E, além de tudo, o jogo que ele jogou já ficou conhecido. Ele não é mais um fenômeno. Foi um fenômeno lá atrás, quando ninguém percebeu que estava montando uma base suficiente para vencer. O fator surpresa desapareceu.

Valor: Essa campanha liderada pelo próprio presidente pela redução dos juros, com embate público contra o presidente do Banco Central, não é uma novidade?

Abranches: Lula também pressionou o Henrique Meirelles [ex-presidente do BC] para baixar juros. Ele e o vice da época, o José Alencar. A diferença é que agora tem um componente político-ideológico associado ao Banco Central, algo que faz Lula ser mais agressivo. E também faz o presidente do BC ser mais exigente do que era em relação ao governo Bolsonaro. Tem uma ortodoxia que o BC não mostrou no governo anterior. Isso polariza a política fiscal e a monetária, não é bom. E tem uma resistência grande do governo à ideia de um Banco Central independente.

Valor: O que explica?

Abranches: É um presidente do BC nomeado pelo Bolsonaro e que aderiu ao Bolsonaro. Eu acho que uma parte grande da resistência do Lula tem a ver com as atitudes que o Roberto Campos Neto [presidente do BC] tomou quando era Bolsonaro o presidente. De fazer parte de reuniões ministeriais, de estar no grupo de WhatsApp do Bolsonaro, de ir votar com uma camisa da seleção. Ele descumpriu a necessária regra de neutralidade política que um presidente do BC tem de ter. Até já disse que hoje não faria da mesma forma. O fato é que isso serviu para criar a impressão forte de que o Roberto Campos Neto é um bolsonarista [em 13 de fevereiro, durante entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, Campos Neto disse que era importante diferenciar "a proximidade com algumas pessoas da independência de atuação" e citou como evidência da atuação técnica o fato do BC ter subido juros durante o ano eleitoral].

Valor: O senhor acha que tem chance de dar certo?

Abranches: O novo arcabouço fiscal é um modelo engenhoso. Permite escolhas variadas. Então tem chance boa de não sofrer modificações, não ser abandonado numa eventual mudança de governo. E é ambicioso. Não é sem esforço, sem sacrificar algumas convicções do PT e do Lula, que vai conseguir sair de -0,5% e chegar no fim do governo com superávit primário de 1% do **PIB**.

Valor: E a ênfase que vem sendo colocada na **reforma tributária**?

Abranches: A reforma tem um atrativo particular para o Lula e para os petistas, que é essa ideia de botar o pobre no orçamento e o rico na arrecadação. Essa insistência na reforma tem muito a ver com duas preocupações principais do Lula: crescimento econômico continuado, coisa que o Brasil não vê há muito tempo, e a ideia de usar o sistema tributário de uma forma que contribua para a distribuição de renda. Com essa estrutura tributária e, portanto, com a estrutura de gastos dela decorrente, o país tem transferido muito mais dinheiro para os ricos do que para os pobres. Nos oito primeiros anos de Lula, o que seu governo transferiu como Bolsa Família e outros programas foi uma fração do que transferiu aos capitalistas, donos de empresas, via BNDES, Caixa e Banco do Brasil. Sem falar nos subsídios diretos do sistema tributário.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187515>

O retorno do carro popular (Editorial)

A indústria automobilística tem procurado o governo para sugerir propostas que auxiliem no resgate do vigor que o setor já teve no passado. Uma das possibilidades mencionadas é estimular a renovação da frota, indenizando proprietários de automóveis antigos e poluentes para retirá-los de circulação. Outra ideia é retomar a produção de veículos menores, mais simples e menos equipados, conhecidos como "carros populares". A ideia é inserir essas medidas no contexto dos planos que visam à reindustrialização do País.

Ao longo do século 20, as montadoras foram fundamentais na conversão de uma economia eminentemente rural para a de um país industrializado. A primeira fábrica foi inaugurada em 1919, mas foi na década de 1950 que a consolidação da indústria automotiva tornou-se parte de um plano de governo.

Além dos empregos que geraram, as fábricas trouxeram consigo fornecedores de autopeças e uma rede de fornecedores de serviços. De forma indireta, as montadoras estimularam a construção de rodovias e a atividade das empreiteiras.

Para ficar em um único exemplo, elas mudaram a realidade do ABC Paulista, berço político do presidente Lula da Silva.

Na década de 1990, outras fabricantes aproveitaram a abertura do mercado para também se instalarem no País.

Como suas antecessoras, elas souberam fazer bom uso de seus atributos. A despeito da baixa produtividade, foi assim que a indústria automobilística brasileira se manteve por anos: valendo-se de apoio estatal, proteção contra a concorrência externa e ferrenha guerra fiscal entre os Estados.

A tentativa mais recente de manter essa pujança foi o Rota 2030. O programa trouxe algumas evoluções no que diz respeito à legislação de emissões, reduzindo a tributação de motores mais econômicos e menos poluentes para estimular carros elétricos e híbridos.

O programa ampliou também os critérios mínimos de segurança veicular e o rol de itens obrigatórios a serem incorporados.

Como era de esperar, essa legislação provocou profundas mudanças na dinâmica do setor. O conjunto de novas exigências inviabilizou a produção de carros

populares e elevou o preço mínimo dos veículos de entrada a quase R\$ 70 mil, excluindo os consumidores de menor poder aquisitivo desse mercado. É muito improvável que essa tenha sido a intenção do governo e do Congresso ao propor e aprovar o Rota 2030. Isso não invalida o programa, mas certamente reforça a importância de elaborar políticas públicas com muito cuidado, avaliar seus resultados de forma periódica e, inclusive, propor revisões.

Nas últimas semanas, diversas montadoras anunciaram férias coletivas para reduzir estoques superiores a 40 dias. Mas o fato é que essa situação não é pontual. Desconsiderando os efeitos da pandemia de covid-19, as vendas de veículos novos estão praticamente estagnadas desde 2020, em torno de 2 milhões de unidades por ano.

Ao defender a volta do carro popular, o presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), José Maurício Andreta Júnior, disse que o mercado precisa de escala para girar e gerar rentabilidade, o que é impossível em um mercado dominado por carros mais caros. Assim, conhecendo o histórico das administrações petistas, a indústria rapidamente começou a se mobilizar junto ao governo para encontrar formas de baratear os automóveis e propor ações para reduzir os **impostos**, os itens de segurança essenciais e o custo de crédito.

Independentemente do resultado dessas reuniões, não se pode perder de vista que são medidas defendidas pela própria cadeia da indústria automobilística e que nada têm a ver com uma agenda ambiental ou com a reindustrialização do País. Parece evidente que o setor tem um problema, o que não necessariamente quer dizer que caiba ao Estado resolvê-lo. Em vez de mais uma vez privilegiar segmentos viciados em subsídios e apoiar tecnologias ultrapassadas a um custo elevadíssimo para o contribuinte, criar uma política industrial consistente e indiscriminada, com vistas a promover um crescimento sustentável e uma economia verde, deveria ser o verdadeiro foco do governo.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Saúde e educação podem ter nova regra

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

O governo Lula estuda vincular os pisos previstos na Constituição federal para aplicação de recursos do Orçamento em saúde e educação a uma regra de gasto por habitante.

A ideia é que as despesas nessas duas áreas fiquem menos sujeitas à variação dos ciclos de alta ou de desaceleração da economia interna. Como premissa, a nova regra teria de garantir um crescimento real (acima do índices de **inflação**) para os desembolsos com saúde e educação.

O assunto está em discussão no governo junto com o projeto do novo arcabouço fiscal, que, depois de aprovado pelo Congresso, vai revogar o teto de gastos (a regra que atrelou as despesas à variação da **inflação**, em vigor desde 2017).

Pelo novo arcabouço, anunciado no fim de março, o crescimento anual das despesas terá como teto um percentual de 70% da variação da receita líquida do governo no acumulado dos 12 meses anteriores.

O problema para a equipe econômica é que, após a revogação do teto de gastos, voltam a valer os pisos constitucionais para aplicação de recursos na saúde e educação, que são justamente atrelados à arrecadação.

Em tese, se a arrecadação do governo crescer muito, os gastos com saúde e educação terão de subir no mesmo ritmo, o que poderia comprimir o espaço de outras despesas - que só poderão crescer com base nos 70% da variação da receita líquida, e seguindo uma banda entre 0,6% e 2,5% acima da **inflação**.

O piso para a saúde previsto na Constituição é de 15% da chamada receita corrente líquida, enquanto na educação está atrelado a 18% da receita de **impostos**. Desde 2017, com o sistema de teto de gastos, os dois pisos foram corrigidos apenas pelo IPCA, que é o índice oficial de **inflação** no País.

RECOMPOSIÇÃO. Como revelou o Estadão, o governo vai recompor em cerca de R\$ 30 bilhões os recursos para as duas áreas como forma de compensar as perdas nesse período de vigência do teto. Essa recomposição seria uma maneira de blindar os recursos para uma eventual mudança na vinculação e, ainda, evitar que a área econômica seja acusada de mudar a regra para "cabem na nova âncora

fiscal".

Na avaliação de técnicos do governo, a desvinculação dos gastos com saúde e educação à receita protegeria os recursos das áreas quando a arrecadação do governo tiver uma performance ruim em tempos de redução da atividade econômica.

Com os pisos atuais, se o **PIB** e a receita registram queda, o gasto cai também acompanhando o ciclo econômico. Já com uma regra per capita, afirmam esses técnicos, seria possível garantir uma estabilidade para os gastos, abrindo caminho para que eles nem cresçam tanto na alta nem caiam muito na baixa da atividade econômica.

A equipe econômica também estão discutindo o impacto da nova política de correção do salário mínimo (que deve garantir um ganho acima na **inflação**) na evolução do novo arcabouço fiscal.

LULA 3 CHEGA AOS 100 DIAS SEM CUMPRIR PROMESSAS NA ECONOMIA. PÁG. B2

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Vinculação
Com o fim do teto, os
gastos com saúde e
educação terão de seguir
pisos constitucionais

Todos querem a grana das apostas - RODRIGO CAPELO

RODRIGO CAPELO

Hoje você olha as fotos dos campeões estaduais e vê, com lupa, a estranha concentração de marcas de casas de apostas entre os patrocinadores. Elas estão por todo lado. Nos uniformes, nas placas à beira do campo e nos backdrops -fundos de entrevistas com atletas e treinadores. Várias perguntas são pertinentes.

Por que tantas empresas? Até quando elas financiarão o futebol? E quais são os personagens que hoje estão se movendo nos bastidores para pegar parte desse dinheiro?

Fato número um: existe um rombo nas contas públicas, e o novo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, precisa resolvê-lo. Fato número dois: apostas foram permitidas em 2018, mas a lei não foi regulamentada até hoje, o que jogou o país num limbo. Nem elas são proibidas, nem têm regras para operar. Fato número três: Haddad pretende cobrir parte do rombo nas contas do governo com a regulamentação e a tributação das apostas. O ministro estima até R\$ 15 bilhões em **tributos**.

Por meio desse contexto, e com um tanto de apuração, encontramos a primeira resposta.

Por que tantas marcas? Há consenso neste mercado de que muitas dessas Bet isto e Bet aquilo não vão existir daqui a um ano, pois várias não conseguirão cumprir as regras que a legislação terá. Então, seus donos investem alucinadamente na construção da marca e da base de clientes. Quando eles não puderem operar, após a regulamentação, esses ativos podem ser vendidos para concorrentes.

Além disso, se a empresa tem investimento relevante, isto dá a ela uma série de aliados e a chance de participar da conversa a respeito da regulamentação. São questões que vão desde o custo da licença e os **impostos** que serão cobrados sobre a arrecadação, até mecanismos para fiscalizar este mercado, que movimenta bilhões de reais por meio de offshores, isto é, empresas e contas bancárias abertas em paraísos fiscais. Tem muita coisa em jogo, e todo mundo quer fazer seu lobby.

Falando em lobby, a CBF entra na história.

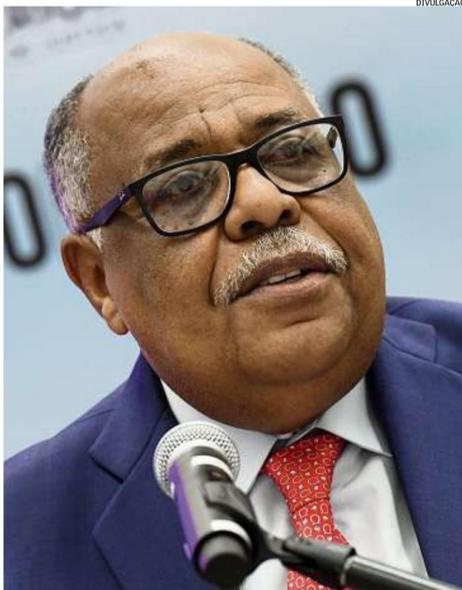
Ednaldo Rodrigues, seu presidente, designou o secretário-geral da confederação, Alcino Rocha, para negociar com o Ministério da Fazenda novas regras para a distribuição do dinheiro das apostas. Hoje, o futebol tem direito a 1,63% da receita líquida obtida pelas casas -verba que está garantida na lei, após alteração feita em 2021, mas que ainda não entra no caixa por causa da ausência da regulamentação. A entidade decidiu que quer muito mais.

Segundo a proposta entregue pela CBF ao governo, a sua direção quer receber 4% da receita bruta das apostas, antes de deduções e **impostos**. Estamos falando em centenas de milhões de reais a mais, talvez papo para mais de bilhão. E aí entra uma questão matemática, que aqui podemos esclarecer sem nem sequer usar números. O futebol já tem uma fatia do bolo. Se seus dirigentes conseguirem uma fatia maior, como o doce não é infinito, todas outras fatias ficarão menores.

Todo mundo torceu o nariz. A Fazenda não aceita, a **Receita Federal** não gostou, as casas de apostas também não querem ver suas margens de lucros inviabilizadas pela confederação. Isto sem falar nas verbas destinadas a segurança e escolas públicas que ficarão menores. Até os clubes ficaram meio incomodados, pois a CBF tomou a dianteira dessa negociação em nome do futebol, sem que estivessem todos na mesma página. Os oito grandes de São Paulo e Rio de Janeiro soltaram nota exigindo participar da conversa. As tratativas continuam. E elas estão cada vez mais quentes.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

STJ deverá julgar tributação de incentivos fiscais



Ministro Benedito Gonçalves: rapidez na inclusão do tema na pauta

Joice Bacelo De São Paulo

Um julgamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) previsto para este mês pode interferir nos planos do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para aumentar a arrecadação. Trata sobre a tributação de empresas que recebem incentivos fiscais de ICMS.

A Corte vai decidir em caráter repetitivo, ou seja, com efeito vinculante para todo o Judiciário, se a União pode cobrar Imposto de Renda e CSLL sobre os ganhos obtidos com os benefícios concedidos pelos Estados.

Trata-se, aqui, dos valores que as empresas deixam de repassar aos cofres estaduais. Uma companhia que devia R\$ 100 mil de ICMS, mas por ter direito à redução de base, por exemplo, pagou somente R\$ 60 mil.

A diferença - de R\$ 40 mil - pode ser considerada lucro e tributada?

O ministro Fernando Haddad tem criticado a impossibilidade da cobrança nos casos em que o incentivo é concedido para custeio, ou seja, sem que a empresa tenha assumido uma contrapartida (ampliação ou construção de uma fábrica, por exemplo).

Ele afirmou, na semana passada, que o governo pretende editar uma medida provisória (MP) sobre essa questão. Segundo Haddad, existem empresas com "superlucros" se beneficiando e pagando menos **impostos** do que deveriam.

Para o ministro, essa situação provoca "distorções" na economia e pressiona as finanças públicas. "Está caro [o crédito] porque essas empresas [que não pagam **impostos**] desarrumaram o orçamento federal", disse na quinta-feira, fazendo referência à Selic, hoje em 13,75%.

O julgamento está marcado para o dia 26 e ocorrerá na 1ª Seção do STJ - que reúne as duas turmas de direito público. O relator é o ministro Benedito Gonçalves.

Advogados se dizem surpresos com a celeridade com que o caso andou.

Os ministros afetaram, em março, o tema da tributação dos benefícios fiscais para julgamento em repetitivo.

"Nunca vimos julgar de um mês para o outro. Nem foram admitidos ainda os amici curia e [partes interessadas]", afirma um profissional.

Existe receio, entre os tributaristas, de que os ministros estejam cedendo à pressão da União e decidam o tema com base exclusivamente no impacto aos cofres públicos.

O STJ tem entendimento consolidado em relação aos créditos presumidos (uma modalidade de incentivo fiscal de ICMS). A 1ª Seção decidiu contra a tributação em 2017.

Os ministros afirmaram, naquela ocasião, que a interferência da União esvaziaria um incentivo concedido por Estados e essa situação violaria o pacto federativo.

A discussão, agora, é se esse mesmo entendimento - contra a tributação - se aplica aos demais tipos de incentivo obtidos pelas empresas junto aos Estados: redução de base de cálculo, redução de alíquota, isenção, imunidade e diferimento, dentre outros.

Hoje existem decisões contra e a favor nos tribunais

regionais e nas turmas de direito público do STJ.

Na 1ª Turma há decisão contra a tributação. Na 2ª Turma, a favor.

Para advogados de empresas, no entanto, inexistem qualquer sentido para essa diferenciação. "Se o Estado está concedendo um benefício, a União não deve tributar, independentemente da forma como se contabiliza esse benefício", diz Ricardo Varrichio, do escritório RVC.

"Por uma questão de coerência jurisprudencial", afirma Rafael Nichele, do Rafael Nichele Advogados Associados. "Todos têm renúncia de receita. Basta ver as leis orçamentárias dos Estados. A única distinção entre os diferentes tipos de benefício é a forma como são concedidos. O efeito prático para a empresa que recebe e para o Estado que concede é o mesmo." Se o STJ decidir que nenhum benefício pode ser tributado pela União em razão do pacto federativo - assim como ocorreu com o crédito presumido -, o governo vai ter dificuldade de emplacar a cobrança por meio de uma nova lei.

Se insistir e publicar uma MP nesse sentido, afirmam especialistas, haverá uma leva de ações judiciais e, por causa do julgamento em repetitivo, o Judiciário deve dar ganho de causa às empresas.

Por outro lado, uma decisão contrária aos contribuintes pode dar força e celeridade à publicação da medida provisória que tem sido aventada pelo ministro Fernando Haddad. E, nesse caso, as empresas não teriam margem para contestar a tributação judicialmente.

O governo pretende, por meio dessa possível MP, desfazer uma mudança legislativa que deu mais munção para os contribuintes brigarem contra a tributação.

Envolve a Lei no 12.973/2014, que, originalmente, separava subvenção para investimento de subvenção para custeio. Dizia, no artigo 30, que não poderiam ser tributados pela União os benefícios caracterizados como subvenção para investimento - com contrapartida das empresas.

Em 2017, no entanto, o Congresso aprovou a Lei Complementar nº 160, que alterou o artigo 30. Incluiu o parágrafo 4: "Incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal são considerados subvenções para investimento".

Os contribuintes entenderam que, com a mudança, deixou de existir diferença entre os benefícios de

ICMS - investimento ou custeio - e, por esse motivo, nada mais poderia ser tributado pela União.

Já a **Receita Federal** insiste que só não pode ser tributado o incentivo concedido como estímulo à ampliação do empreendimento econômico.

Essa posição foi formalizada na Solução de Consulta nº 145/2020.

Trata-se de uma segunda discussão dentro do mesmo tema e, de acordo com advogados, é possível que também seja levantada no julgamento do STJ.

Os ministros poderão, por exemplo, entender que a tributação dos incentivos fiscais não viola o pacto federativo, mas a lei complementar vetou a cobrança e, por esse motivo, a União ficaria impedida de exigir Imposto de Renda e CSLL.

Poderão, por outro lado, dizer que a tributação não viola o pacto federativo e que a União tem razão ao interpretar que a lei complementar só impede a tributação de benefícios concedidos com contrapartida.

Se isso acontecer, o governo nem vai precisar de uma MP para desfazer a mudança legislativa.

"A discussão será travada em torno de todos os demais benefícios que não os créditos presumidos e, nessa discussão, todos os argumentos serão utilizados", diz o advogado Alberto Medeiros, do escritório Tozzini Freire. "O tema, na sistemática repetitiva, não tem limitação de escopo", acrescenta.

Os processos eleitos para o julgamento em repetitivo tratam das duas questões: violação ao pacto federativo e Lei Complementar nº 160 (REsp 1945110 e REsp 1987158).

Há otimismo de advogados de contribuintes sobre o posicionamento que será adotado pelos ministros em relação à lei complementar.

É que mesmo a 2ª Turma - que tem entendimento mais favorável à União quando se discute pacto federativo - já se pronunciou sobre a lei e deu razão às empresas (REsp 1968755).

Para os contribuintes, no entanto, o argumento de violação ao pacto federativo tem muito mais peso. Seja como proteção contra possível medida provisória a ser editada pelo governo como por questões práticas, do dia a dia das empresas.

A diferença de fundamentação tem um efeito econômico. A lei complementar impede a tributação,

mas estabelece que os valores que deixaram de ser repassados aos cofres estaduais sejam "registrados em reserva de lucros". Significa que só poderão ser utilizados para investimentos na própria empresa.

Quando se entende por violação ao pacto federativo não há qualquer limitação. Os valores podem ser utilizados da forma como a empresa bem entender, inclusive na distribuição de dividendos.

O julgamento é importante e fica ainda mais dramático para as duas partes - contribuintes e governo - porque há chances de a decisão do STJ se tornar definitiva. O Supremo Tribunal Federal (STF), a quem caberia algum tipo de recurso, se manifestou sobre o tema da tributação de incentivos fiscais em 2017. Declinou do julgamento por entender tratar-se de discussão inconstitucional.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187515?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187515?page=1§ion=1)**

Faria Lima vê ruídos e sinais positivos nos 100 dias de Lula

Lucas Bombana

Os primeiros 100 dias do governo Lula na área econômica, completados nesta segunda-feira (10), são classificados por economistas e gestores de fundos do mercado financeiro como relativamente positivos.

Embora com ruídos, entre eles as críticas reiteradas ao BC e aos juros altos e as discussões sobre mudanças na meta de **inflação**, a antecipação da apresentação do novo arcabouço fiscal é apontada como avanço claro, por visar a trajetória da dívida pública, vista pelos especialistas como um dos principais desafios econômicos do país.

Segundo Mareus Zanetti, gestor da Kinea Investimentos, "o governo está fazendo um esforço para buscar uma sustentabilidade fiscal" O arcabouço fiscal, que limita o crescimento das despesas a 70% da alta das receitas, "surpreendeu positivamente".

Outro ponto que vê com bons olhos é o fato de o ministro Haddad e sua equipe terem conseguido certa blindagem contra as pressões de dentro do partido por uma proposta fiscal menos rigorosa.

"[Fernando] Haddade [Rogério] Ceron têm sido uma voz mais ponderada em busca de um equilíbrio e uma boa relação com o mercado financeiro", afirma Ricardo Cará, gestor dos fundos multimercado da EQI Asset. "Eles parecem entender que esse é o caminho para se criar condições para o BC reduzir a taxa de juros de forma consistente."

O gestor da EQI Asset diz, porém, que as críticas ao BC, o debate sobre a mudança da meta de **inflação** e a discussão do que é gasto e o que é investimento são temas que geram desconfiância.

Economista da gestora AZ Quest, Alexandre Manoel elogia o fato de o ministério da Fazenda não ter dado sinal de retomar políticas da gestão Dilma Rousseff. "Na verdade, estão fazendo o contrário, com uma agenda de remoção de subsídios" afirma Manoel.

O economista da AZ Quest diz que o arcabouço representa uma quebra estrutural de um padrão secular de excesso do gasto público e afasta o risco de uma trajetória explosiva da dívida pública.

Os gestores avaliam que, em um cenário em que o governo consiga, de fato, apontar para um equilíbrio das contas públicas, o BC poderá dar início ao ciclo de corte na taxa Selie ainda neste ano.

Uma das principais posições que Zanetti, da Kinea, carrega na carteira dos fundos aposta na queda dos juros de médio prazo. Segundo ele, a curva de juros, que embute as expectativas dos agentes para a trajetória da Selie, indica cortes em meados deste ano, mas alta nos anos seguintes por conta de uma eventual pressão inflacionária persistente.

"A gente acha que não", diz Zanetti.

Avaliação semelhante tem Alexandre Espírito Santo, economista-chefe da Órama: "Se o governo conseguir sinalizar que a relação dívida / **PIB** tende a ficar comportada, me parece que o BC começa a cortar os juros já neste ano". Nesse cenário, ele diz que a Selic pode encerrar o ano em tomo de 12% e baixar a 10% em 2024.

Cará, da EQI Asset, afirma que tem na carteira dos multimercados uma aposta de valor relativo, que prevê que as Bolsas de mercados emergentes, incluindo a brasileira, devem ter um desempenho superior à dos Estados Unidos.

"Lá fora, após a turbulência no setor financeiro, parece que a situação está se acalmando, mas é difícil saber os impactos na atividade e na **inflação**. As condições de crédito ficaram mais restritivas e os bancos centrais desenvolvidos seguem apertando os juros. É uma combinação delicada que merece muita atenção", diz o gestor da EQI Asset.

Espírito Santo, da Órama, afirma que, para aquele investidor que não gosta de correr risco, a renda fixa segue, de longe, como a melhor alternativa. Ele diz que, mesmo que o BC dê início ao ciclo de corte dos juros, a expectativa é que a Selic continue em um patamar elevado -no boletim Focus, as projeções indicam taxa de juros em 12,75% no final de 2023. Se os juros vão cair, "ter prefixados me parece uma boa sugestão", diz.

Já para aquele investidor que aceita correr um pouco mais de risco, o economista-chefe da Órama diz que a recomendação é ter uma alocação entre 10% e 15%

dos investimentos em Bolsa, cujos preços estão em patamar historicamente baixos.

Sócio da área de gestão da Legend Wealth Management, Ricardo Faria diz que "há um prêmio de risco razoável nos mercados", e, se o governo avançar com o arcabouço fiscal, "podemos ver valorização dos ativos, com a Bolsa subindo e os juros apresentando algum fechamento".

Site:

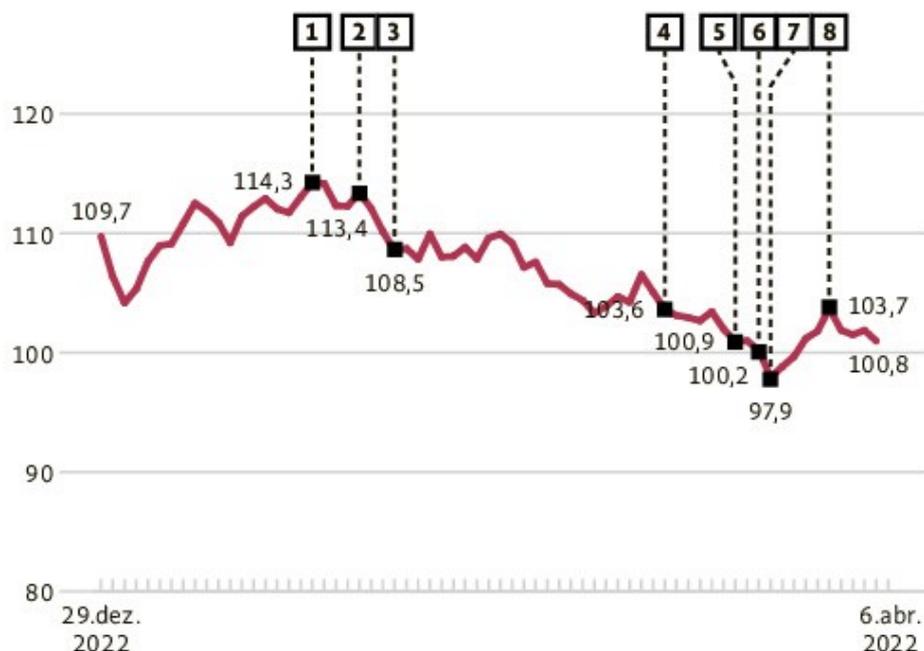
https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50242&maxTouch=0&_ga=2.219816217.1449301867.1681108730-

[1644899852.1665094077&_mather=e00a4b5df5bda6ac&anchor=6475667&pd=77e0a5929487da6c3271c0fb0aa9d9d](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50242&maxTouch=0&_ga=2.219816217.1449301867.1681108730-1644899852.1665094077&_mather=e00a4b5df5bda6ac&anchor=6475667&pd=77e0a5929487da6c3271c0fb0aa9d9d)

3

Evolução do Ibovespa em 2023

Em milhares de pontos



- 1** 25.jan
Máxima do ano
- 2** 31.jan
Mês marcado pela forte entrada de R\$ 12,5 bi de estrangeiros na Bolsa
- 3** 3.fev
Lula sinaliza possível mudança na autonomia do BC
- 4** 10.mar
Quebra do SVB nos EUA
- 5** 20.mar
UBS fecha acordo para compra do Credit Suisse
- 6** 22.mar
BC mantém Selic em 13,75% a.a.
- 7** 23.mar
Mínima do ano
- 8** 30.mar
Apresentação do arcabouço fiscal

Fonte: Bloomberg

Inflação do "miojo" pesa no bolso do consumidor



WESLEY GONSALVES LUCAS AGRELA

A universitária Isabela Silva, de 22 anos, divide seus dias entre o trabalho como atendente de telemarketing, em São Paulo, e as aulas do curso de história na FMU. Durante a correria da semana, sem muito tempo para cozinhar, ela acaba se rendendo com frequência aos macarrões instantâneos, tanto pela praticidade quanto pelo custo benefício do produto. "Geralmente, quando faço compras, já pego uns 15 "miojos" para o mês", diz ela. "Às vezes, de noite, estou muito cansada para cozinhar algo mais complicado." Apesar de ser consumidora recorrente do produto que promete ficar pronto em apenas "três minutinhos", a estudante precisou nos últimos meses rever as compras diante do aumento repentino nos preços do macarrão.

Isabela conta que antes pagava menos de R\$ 0,90 por pacote, mas hoje já tem produto na gôndola custando quase R\$ 3.

Item essencial na cesta básica de brasileiros como Isabela, o macarrão instantâneo teve um salto de preço em 2022 no Brasil.

De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o produto teve alta acumulada em 12 meses de quase 25% até fevereiro deste ano. O resultado é cinco vezes maior do que o

patamar do IPCA, que fechou o segundo mês do ano em 5,6% anuais, mantendo trajetória de estabilização nos últimos meses.

Segundo o IBGE, o macarrão instantâneo passou a fazer parte do IPCA desde a última atualização da estrutura de ponderação do índice, em 2020. "Essas atualizações são feitas com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE, que é quinquenal.

Antes disso, o IPCA não pesquisava os preços desse produto", informou a entidade.

A primeira marca do segmento chegou ao mercado brasileiro em 1965, então pelas mãos da Miojo (que pertencia à Ajinomoto).

Hoje, o negócio - que na cabeça de muitos consumidores se mistura ao próprio nome do produto - pertence à Nissin.

EFEITO DO DÓLAR. Para a Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães Bolos Industrializados (Abimapi), como o Brasil precisa importar mais da metade da quantidade de trigo necessária para atender à demanda do mercado local, produtos como o macarrão instantâneo ficam sujeitos à variação do dólar. Cerca de 70% do custo do alimento vem da farinha.

"Qualquer variação no preço do trigo tem impacto direto para os fabricantes", afirma a Abimapi. Além disso, a guerra entre Rússia e Ucrânia - que respondem, juntas, por 30% das exportações mundiais de trigo - também tem afetado a cadeia produtiva de alimentos.

Para Matheus Peçanha, economista do FGV/Ibre, o que explica o aumento mais forte do preço do macarrão instantâneo perante outros alimentos, como o macarrão comum, também é a questão climática. "Os custos com grãos subiram muito em 2020 por causa do La Niña. Isso afetou também o custo da proteína animal. Ainda temos problemas de seca no Sul." Para este ano, diz ele, deve haver maior estabilidade de preços daqui para frente.

"Com uma safra recorde, podemos ter até uma redução de preços, começando pelos alimentos in natura. Mas os industrializados podem demorar entre

seis e nove meses para apresentar esse repasse."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

História
**Primeira marca
de macarrão instantâneo
no País chegou às
gôndolas em 1965**

BC prepara liberação de compulsório em 2024 (Artigo)

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente E-mail alex.ribeiro@valor.com.br

O Banco Central deu início à última etapa da implantação das suas novas linhas de assistência de liquidez que, se tudo caminhar como o previsto, permitirá uma liberação dos depósitos compulsórios dos bancos no próximo ano. Numa eventual emergência disseminada no mercado de crédito - o que hoje não é o caso - o mecanismo poderia ser acionado mais cedo.

Trata-se de um projeto de redução estrutural dos compulsórios, que vinha sendo tocado pelo ex-diretor de política monetária do Banco Central, Bruno Serra Fernandes, cujo mandato terminou em 28 de fevereiro. Ele estendeu a sua permanência no cargo por algumas semanas, à espera da indicação de seu substituto pelo governo Lula, o que até agora ainda não aconteceu.

O projeto, que vinha sendo tocado desde antes da pandemia pelo corpo técnico do Banco Central, ilustra como será importante encontrar um quadro qualificado para assumir a cadeira, que tem papel fundamental para garantir o bom funcionamento do mercado financeiro, sobretudo nas crises.

Em 3 de março, o Banco Central deu mais um passo na implantação das Linhas Financeiras de Liquidez (LFL), com o aceite de Cédulas de Crédito Bancário (CCB) como garantia. Na prática, os bancos vão empacotar operações de crédito, fazendo o registro numa depositária, como a B3. E elas servirão de garantia para, num momento de aperto, acessarem as linhas de assistência de liquidez de prazo mais longo no Banco Central - a chamada Linha de Liquidez a Termo (LLT), com até 365 dias.

impõe um custo alto para o sistema bancário. O Brasil é um caso raro de país com compulsórios sobre depósito a prazo, com uma alíquota de 20% (na prática, o sistema opera com 17%, porque há a faculdade de os bancos depositarem até 3% de seus depósitos sob a forma de debêntures). Pelo dado mais recente, de março, os bancos tinham recolhidos no Banco Central R\$ 306 bilhões em compulsórios sobre depósitos a prazo, além de R\$ 76 bilhões sobre depósitos à vista.

A nova etapa da LFL 2.0 fica pronta no primeiro trimestre de 2024, e é quando o Banco Central poderá tomar a decisão sobre a pretendida redução estrutural dos depósitos compulsórios. Nada impediria, porém, numa crise mais aguda no mercado de crédito, que isso seja feito antes. Mas, pelo que disse o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, em evento do Bradesco na semana passada, não haveria no momento problemas de liquidez no mercado. Campos Neto relatou que manteve conversas com os grandes bancos para saber se uma eventual liberação de liquidez poderia levá-los a comprar mais debêntures - apoiando um mercado que ficou virtualmente paralisado nas semanas seguintes ao escândalo da Americanas. Os bancos, porém, teriam respondido que mais liquidez não levaria, necessariamente, à compra de mais debêntures, e que esta decisão envolveria a "oportunidade" da aquisição.

Se fosse o caso de incentivar emergencialmente a compra de debêntures, o instrumento a ser usado seria, provavelmente, as LFL, e não a liberação de compulsórios. Esse instrumento teria um foco maior nesse mercado. Os principais compradores de debêntures, entre os bancos, são as grandes instituições privadas. Os bancos públicos, que têm uma grande base de compulsórios, não tem tradição de atuarem nesse segmento. O uso de um instrumento mais cirúrgico permite ao BC separar as atividades de estabilidade financeira e monetária.

A aceitação das CCBs como garantia nas linhas de assistência de liquidez do Banco Central atenderia principalmente os bancos pequenos e médios. Como os grandes carregam debêntures nos seus balanços, já têm instrumentos para oferecer em garantia nessas linhas. Já bancos menores não costumam operar no segmento porque os seus custos de captação são muitos altos para valer a pena comprar debêntures.

Com a permissão de garantias que atendam as instituições financeiras menores, que costuma ser o elo mais fraco nas crises financeiras, o Banco Central não precisará mais mobilizar os depósitos compulsórios dos grandes para fazer esse serviço.

Mesmo antes de a LFL 2.0 entrar plenamente em vigor, o Banco Central poderia prover liquidez, numa emergência mais aguda, por uma linha de assistência criada na pandemia, a Linha Temporária Especial de

Liquidez - Letras Financeiras Garantidas (LTEL - LFG), que segue em vigor. Esse é um instrumento mais abrangente, em que o BC pode aceitar como garantia as operações de crédito, mesmo sem a CCB.

Com a redução estrutural dos depósitos compulsórios, junto com outras medidas, o Banco Central espera que o crédito bancário, que hoje está em cerca de 50% do Produto Interno Bruto (**PIB**), siga trajetória de expansão, para percentuais mais próximos de 70% do **PIB** vigentes em outras economias emergentes.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187515>